

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	19
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	66
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	69
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	72
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	49.192
Preferenciais	0
Total	49.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.133.845	2.278.195
1.01	Ativo Circulante	83.682	80.943
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.317	5.931
1.01.01.01	Caixa e Bancos	741	329
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	3.576	5.602
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.347	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.347	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.347	0
1.01.03	Contas a Receber	22.194	17.775
1.01.03.01	Clientes	22.194	17.775
1.01.04	Estoques	30.148	36.543
1.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	30.148	36.543
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.309	11.334
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.309	11.334
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.367	9.360
1.01.08.03	Outros	14.367	9.360
1.01.08.03.06	Contrato de Mútuo	3.153	2.723
1.01.08.03.07	Outros Ativos	11.214	6.637
1.02	Ativo Não Circulante	2.050.163	2.197.252
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.375	23.167
1.02.01.03	Contas a Receber	4.675	6.986
1.02.01.03.01	Clientes	4.675	6.986
1.02.01.04	Estoques	3.700	3.651
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	3.700	3.651
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	0	12.530
1.02.01.09.03	Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	0	12.530
1.02.02	Investimentos	2.014.386	2.140.807
1.02.02.01	Participações Societárias	2.014.386	2.140.807
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	6.342	6.835
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.999.524	2.068.870
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	8.520	65.102
1.02.03	Imobilizado	1.310	1.818
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.310	1.818
1.02.04	Intangível	26.092	31.460
1.02.04.01	Intangíveis	26.092	31.460

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.133.845	2.278.195
2.01	Passivo Circulante	4.720.345	3.207.235
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.308	861
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.308	861
2.01.02	Fornecedores	23.646	22.952
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.646	22.952
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.428	1.301
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.428	1.301
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias Diferidas	1.155	543
2.01.03.01.05	Tributos parcelados	3.812	284
2.01.03.01.06	Demais obrigações correntes	461	474
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.424.920	1.591.755
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	490.180	45.398
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	490.180	45.398
2.01.04.02	Debêntures	1.934.740	1.546.357
2.01.05	Outras Obrigações	2.248.234	1.557.532
2.01.05.02	Outros	2.248.234	1.557.532
2.01.05.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	1.607	4.517
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	34	34
2.01.05.02.09	Outros Passivos	20.477	10.606
2.01.05.02.10	Obrigações por Emissão de CCB/CCI	2.226.116	1.542.375
2.01.06	Provisões	15.809	32.834
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.705	32.736
2.01.06.01.05	Provisão para contingências	15.705	32.736
2.01.06.02	Outras Provisões	104	98
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	104	98
2.02	Passivo Não Circulante	1.892.956	2.443.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	420.010
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	385.401
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	385.401
2.02.01.02	Debêntures	0	34.609
2.02.02	Outras Obrigações	1.854.602	1.980.215
2.02.02.02	Outros	1.854.602	1.980.215
2.02.02.02.08	Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	142.536	116.549
2.02.02.02.09	Obrigações por Emissão de CCB/ CCI	0	499.595
2.02.02.02.10	Tributos Parcelados	1.466	0
2.02.02.02.15	Outros Passivos	1.710.600	1.364.071
2.02.04	Provisões	38.354	42.934
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	37.839	42.487
2.02.04.01.09	Provisão para contingências	37.839	42.487
2.02.04.02	Outras Provisões	515	447
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	515	447
2.03	Patrimônio Líquido	-4.479.456	-3.372.199
2.03.01	Capital Social Realizado	4.917.843	4.917.843
2.03.02	Reservas de Capital	1.236.743	1.236.706

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.206.746	1.206.746
2.03.02.04	Opções Outorgadas	29.997	29.960
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.634.042	-9.526.748

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	257	1.097	4.621	13.075
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.660	-9.647	-2.840	-10.154
3.03	Resultado Bruto	-4.403	-8.550	1.781	2.921
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-98.008	-558.173	-1.570.382	-2.402.164
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-76	-406	-2.012
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.191	-51.526	-12.799	-41.425
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	802
3.04.04.02	Outras	0	0	0	802
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.961	-123.608	-191.506	-371.063
3.04.05.01	Despesas Tributárias	561	-17.031	-56	-375
3.04.05.02	Depreciações/Amortizações	-1.821	-9.323	-21.072	-27.369
3.04.05.04	Perdas em Participações Societárias	0	0	0	-127.767
3.04.05.05	Outras	-11.701	-97.254	-170.378	-215.552
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-68.856	-382.963	-1.365.671	-1.988.466
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-102.411	-566.723	-1.568.601	-2.399.243
3.06	Resultado Financeiro	-205.017	-637.395	-148.834	-468.304
3.06.01	Receitas Financeiras	-2.143	2.494	7.833	14.279
3.06.02	Despesas Financeiras	-202.874	-639.889	-156.667	-482.583
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-307.428	-1.204.118	-1.717.435	-2.867.547
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.266	96.824	-111	-479
3.08.01	Corrente	0	1.604	-111	-479
3.08.02	Diferido	8.266	95.220	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-299.162	-1.107.294	-1.717.546	-2.868.026
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-299.162	-1.107.294	-1.717.546	-2.868.026
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-6,08152	-22,50964	-34,91515	-58,30269

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-6,08152	-22,50964	-34,91515	-58,30269

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-299.162	-1.107.294	-1.717.546	-2.868.026
4.03	Resultado Abrangente do Período	-299.162	-1.107.294	-1.717.546	-2.868.026

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.509	-39.883
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-26.812	-177.757
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.204.118	-2.867.547
6.01.01.02	Depreciação e amortização	9.323	27.369
6.01.01.03	Ganhos/Perdas em Participações Societárias	0	127.767
6.01.01.05	Despesas Financ. Juros Passivos e Variação Monetária	637.627	475.273
6.01.01.07	Apropiação de Despesas com stand	0	32
6.01.01.08	Despesas com Stock Option	37	1.090
6.01.01.09	Baixa por impairment sobre ágio, juros e estoque de imóveis	1.760	0
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	382.963	1.988.466
6.01.01.13	Provisão para Garantia e Contingências	-21.605	71.516
6.01.01.14	Outros	166.410	-1.691
6.01.01.15	Provisão para participação nos resultados	960	0
6.01.01.16	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-169	-32
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	70.306	372.204
6.01.02.02	Contrato de Mútuo a Receber	-149	6.594
6.01.02.03	Contas a Receber	-1.939	8.908
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	0	-942
6.01.02.06	Estoque de Imóveis a Comercializar	6.227	20.575
6.01.02.09	Conta Corrente com Parceiros nos Empreendimentos	38.517	0
6.01.02.13	Adiantamentos de Clientes	0	34
6.01.02.14	Obrigações por Aquisição de Imóveis	0	4.391
6.01.02.16	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	13.564	4.509
6.01.02.17	Fornecedores	694	1.888
6.01.02.20	Outras Movimentações	13.392	326.247
6.01.03	Outros	-24.985	-234.330
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	-1.924	-176
6.01.03.02	Juros pagos sobre empréstimos	-23.061	-234.154
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.858	271.495
6.02.01	(Aumento) Redução de Part. em Coligadas e Controladas	0	-398.270
6.02.03	Intangível	-181	-411
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	670.517
6.02.07	Aplicações financeiras	-2.347	0
6.02.08	Aquisições de imobilizado	-330	-341
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.265	-238.455
6.03.01	Captações de empréstimos	60.182	147.960
6.03.02	Amortizações de empréstimos	-77.447	-386.415
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.614	-6.843
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.931	17.488
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.317	10.645

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.750	0	-3.372.201
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	2	0	2
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.748	0	-3.372.199
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	37	0	0	0	37
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	37	0	0	0	37
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.107.294	0	-1.107.294
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.107.294	0	-1.107.294
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.743	0	-10.634.042	0	-4.479.456

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.090	0	0	0	1.090
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.090	0	0	0	1.090
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.868.026	0	-2.868.026
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.868.026	0	-2.868.026
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.435	0	-7.086.959	0	-932.681

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	1.936	14.349
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.793	11.008
7.01.02	Outras Receitas	143	3.341
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-150.927	-372.836
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-9.647	-10.154
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-44.026	-20.165
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-127.767
7.02.04	Outros	-97.254	-214.750
7.03	Valor Adicionado Bruto	-148.991	-358.487
7.04	Retenções	-9.323	-27.369
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.323	-27.369
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-158.314	-385.856
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-380.469	-1.974.187
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-382.963	-1.988.466
7.06.02	Receitas Financeiras	2.494	14.279
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-538.783	-2.360.043
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-538.783	-2.360.043
7.08.01	Pessoal	6.550	18.927
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.138	17.322
7.08.01.02	Benefícios	154	328
7.08.01.03	F.G.T.S.	258	1.277
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-77.928	6.400
7.08.02.01	Federais	-77.928	6.180
7.08.02.03	Municipais	0	220
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	639.889	482.656
7.08.03.01	Juros	637.627	475.273
7.08.03.02	Aluguéis	0	73
7.08.03.03	Outras	2.262	7.310
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.107.294	-2.868.026
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.107.294	-2.868.026

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	3.917.425	4.651.014
1.01	Ativo Circulante	2.665.600	2.704.206
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	160.994	200.973
1.01.01.01	Caixa e Bancos	55.345	49.482
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	105.649	151.491
1.01.02	Aplicações Financeiras	64.406	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	64.406	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	64.406	0
1.01.03	Contas a Receber	1.063.207	1.249.963
1.01.03.01	Clientes	1.063.207	1.249.963
1.01.04	Estoques	1.299.427	1.166.612
1.01.04.01	Estoque de Imóveis a Comercializar	1.299.427	1.166.612
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.279	44.117
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.279	44.117
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.239	7.763
1.01.07.01	Despesas a Apropriar	7.239	7.763
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	41.048	34.778
1.01.08.03	Outros	41.048	34.778
1.01.08.03.06	Contrato de Mútuo	26.436	24.564
1.01.08.03.10	Impostos Diferidos	14.612	10.214
1.02	Ativo Não Circulante	1.251.825	1.946.808
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.148.514	1.762.472
1.02.01.03	Contas a Receber	414.506	772.702
1.02.01.03.01	Clientes	414.506	772.702
1.02.01.04	Estoques	526.084	706.102
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	526.084	706.102
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	207.924	283.668
1.02.01.09.03	Contas Correntes c/ Parceiros nos Empreendimentos	72.262	60.165
1.02.01.09.10	Outros Créditos	125.501	223.503
1.02.01.09.13	Tributos Correntes a Recuperar	10.161	0
1.02.02	Investimentos	47.785	49.012
1.02.02.01	Participações Societárias	47.785	49.012
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	47.785	49.012
1.02.03	Imobilizado	14.901	27.640
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.901	27.640
1.02.04	Intangível	40.625	107.684
1.02.04.01	Intangíveis	40.625	107.684

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	3.917.425	4.651.014
2.01	Passivo Circulante	6.927.980	5.807.432
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	38.651	44.798
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	38.651	44.798
2.01.02	Fornecedores	290.238	251.319
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	290.238	251.319
2.01.03	Obrigações Fiscais	77.376	283.804
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	77.376	283.804
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.757	97.562
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias Diferidas	30.002	45.483
2.01.03.01.05	Tributos Parcelados	27.851	4.198
2.01.03.01.06	Demais obrigações correntes	10.766	136.561
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.258.802	2.559.948
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.324.063	1.013.591
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.324.063	1.013.591
2.01.04.02	Debêntures	1.934.739	1.546.357
2.01.05	Outras Obrigações	2.861.302	2.278.978
2.01.05.02	Outros	2.861.302	2.278.978
2.01.05.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	72.265	85.825
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	133.034	188.928
2.01.05.02.06	Conta Corrente com Parceiros nos Empreendimentos	8.223	5.798
2.01.05.02.07	Coobrigação na Cessão de Recebíveis	16.106	24.411
2.01.05.02.09	Outros Passivos	129.478	162.472
2.01.05.02.10	Obrigações por Emissão de CCB/CCI	2.496.793	1.811.544
2.01.05.02.11	Contrato de Mútuo	5.403	0
2.01.06	Provisões	401.611	388.585
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	349.021	336.757
2.01.06.01.05	Provisão para Contingências	349.021	336.757
2.01.06.02	Outras Provisões	52.590	51.828
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	52.590	51.828
2.02	Passivo Não Circulante	1.475.786	2.258.082
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	422.180
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	387.571
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	387.571
2.02.01.02	Debêntures	0	34.609
2.02.02	Outras Obrigações	643.862	1.064.589
2.02.02.02	Outros	643.862	1.064.589
2.02.02.02.03	Adiantamento de Clientes	82.390	72.368
2.02.02.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	60.658	34.701
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias Diferidas	48.696	44.919
2.02.02.02.08	Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	156.020	131.615
2.02.02.02.09	Obrigações por Emissão de CCB/ CCI	0	501.040
2.02.02.02.10	Tributos Parcelados	2.489	24.667
2.02.02.02.15	Outros Passivos	293.609	255.279
2.02.04	Provisões	831.924	771.313

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	792.624	720.423
2.02.04.01.09	Provisão para Contingências	792.624	720.423
2.02.04.02	Outras Provisões	39.300	50.890
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	39.300	50.890
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-4.486.341	-3.414.500
2.03.01	Capital Social Realizado	4.917.843	4.917.843
2.03.02	Reservas de Capital	1.236.743	1.236.706
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.206.746	1.206.746
2.03.02.04	Opções Outorgadas	29.997	29.960
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.634.042	-9.526.748
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-6.885	-42.301

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.225	291.438	-84.254	175.365
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-30.477	-247.269	-326.010	-658.701
3.03	Resultado Bruto	-15.252	44.169	-410.264	-483.336
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-125.851	-644.343	-1.146.713	-1.820.972
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.242	-13.219	-27.546	-83.338
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.337	-105.214	-47.134	-157.238
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	17.196
3.04.04.02	Outras	0	0	0	17.196
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-94.379	-525.117	-1.069.068	-1.597.406
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-3.245	-15.900	-1.446	-7.524
3.04.05.02	Depreciações/Amortizações	-5.597	-24.223	-29.693	-57.713
3.04.05.04	Perdas em Participações Societárias	-5.993	-29.957	-71.061	-214.087
3.04.05.05	Outras	-79.544	-455.037	-966.868	-1.318.082
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	107	-793	-2.965	-186
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-141.103	-600.174	-1.556.977	-2.304.308
3.06	Resultado Financeiro	-190.283	-710.248	-171.913	-549.035
3.06.01	Receitas Financeiras	17.908	31.205	31.350	96.393
3.06.02	Despesas Financeiras	-208.191	-741.453	-203.263	-645.428
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-331.386	-1.310.422	-1.728.890	-2.853.343
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	33.212	212.560	-5.778	-36.959
3.08.01	Corrente	-9.954	-19.830	-17.345	-64.679
3.08.02	Diferido	43.166	232.390	11.567	27.720
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-298.174	-1.097.862	-1.734.668	-2.890.302
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-298.174	-1.097.862	-1.734.668	-2.890.302
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-299.162	-1.107.294	-1.717.546	-2.868.026
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	988	9.432	-17.122	-22.276
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-6,08152	-22,50964	-34,91515	-58,30269
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-6,08152	-22,50964	-34,91515	-58,30269

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-298.174	-1.097.862	-1.734.668	-2.890.302
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-298.174	-1.097.862	-1.734.668	-2.890.302
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-299.162	-1.107.294	-1.717.546	-2.868.026
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	988	9.432	-17.122	-22.276

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	259.383	565.405
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-165.382	-1.471.599
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.310.422	-2.853.343
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	24.223	57.713
6.01.01.03	Ganhos/Perdas em Participações Societárias	29.957	150.088
6.01.01.05	Despesas Financeiras, Juros passivos e Var. Monetária	763.677	615.378
6.01.01.07	Apropriação de Despesas com stand	1.496	5.438
6.01.01.08	Despesas com Stock Option	37	1.090
6.01.01.10	Baixa por impairment sobre ágio, juros e estoque de imóveis	172.788	33.199
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	793	186
6.01.01.12	Ajuste a Valor Presente	-6.808	17.872
6.01.01.13	Provisão para Garantia e Contingências	78.836	253.583
6.01.01.14	Outros	100.239	132.303
6.01.01.15	Provisão para participação nos resultados	0	19.714
6.01.01.16	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-20.198	95.180
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	501.188	2.391.495
6.01.02.02	Contrato de Mútuo a receber	0	6.647
6.01.02.03	Contas a Receber	510.253	1.562.898
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	5.854	2.214
6.01.02.06	Estoque de Imóveis a Comercializar	-81.295	496.174
6.01.02.08	Despesas a Apropriar	-151	-11.299
6.01.02.09	Conta Corrente com Parceiros nos Empreendimentos	8.740	26.935
6.01.02.13	Adiantamentos de Clientes	-3.939	40.529
6.01.02.14	Obrigações por Aquisição de Imóveis	12.397	351
6.01.02.16	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	-35.172	6.612
6.01.02.17	Fornecedores	38.919	18.270
6.01.02.20	Outras Movimentações	45.582	242.164
6.01.03	Outros	-76.423	-354.491
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	-26.287	-75.690
6.01.03.02	Juros pagos	-50.136	-278.801
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-59.944	-95.786
6.02.01	(Aumento) Redução de Part. em Coligadas e Controladas	5.000	-92.438
6.02.03	Intangível	-181	-2.536
6.02.06	Aplicações financeiras	-64.406	0
6.02.08	Aquisições de imobilizado	-357	-1.088
6.02.09	Venda de imobilizado	0	276
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-239.418	-839.109
6.03.01	Captações de empréstimos	68.856	208.074
6.03.02	Amortizações de empréstimos	-308.274	-1.047.183
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-39.979	-369.490
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	200.973	604.093
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	160.994	234.603

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.750	0	-3.372.201	-42.301	-3.414.502
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	2	0	2	0	2
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.748	0	-3.372.199	-42.301	-3.414.500
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	37	0	0	0	37	25.984	26.021
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	37	0	0	0	37	0	37
5.04.08	Movimentação líquida de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	25.984	25.984
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.107.294	0	-1.107.294	9.432	-1.097.862
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.107.294	0	-1.107.294	9.432	-1.097.862
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.743	0	-10.634.042	0	-4.479.456	-6.885	-4.486.341

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255	450.310	2.384.565
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255	450.310	2.384.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.090	0	0	0	1.090	-333.799	-332.709
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.090	0	0	0	1.090	0	1.090
5.04.08	Movimentação líquida de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-333.799	-333.799
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.868.026	0	-2.868.026	-22.276	-2.890.302
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.868.026	0	-2.868.026	-22.276	-2.890.302
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.435	0	-7.086.959	0	-932.681	94.235	-838.446

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	294.209	188.170
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	283.178	136.798
7.01.02	Outras Receitas	11.031	51.372
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-800.156	-2.298.742
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-247.269	-658.701
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-67.893	-125.068
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-29.957	-214.087
7.02.04	Outros	-455.037	-1.300.886
7.03	Valor Adicionado Bruto	-505.947	-2.110.572
7.04	Retenções	-24.223	-57.713
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.223	-57.713
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-530.170	-2.168.285
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.412	96.207
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-793	-186
7.06.02	Receitas Financeiras	31.205	96.393
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-499.758	-2.072.078
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-499.758	-2.072.078
7.08.01	Pessoal	40.681	89.399
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.307	77.228
7.08.01.02	Benefícios	3.222	6.219
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.152	5.952
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-187.067	72.229
7.08.02.01	Federais	-187.063	67.280
7.08.02.03	Municipais	-4	4.949
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	744.490	656.596
7.08.03.01	Juros	763.676	615.378
7.08.03.02	Aluguéis	3.037	11.168
7.08.03.03	Outras	-22.223	30.050
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.097.862	-2.890.302
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.107.294	-2.868.026
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	9.432	-22.276

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

- Recuperação Judicial

Ao longo do terceiro trimestre, envidamos esforços, em conjunto com nossos assessores, para adequar e aprimorar o Plano de Recuperação Judicial apresentado em junho deste ano. Neste sentido, após diversas reuniões com os principais credores da Companhia, um novo Plano consolidado foi apresentado em 29 de setembro, concluindo assim mais uma importante etapa no processo de recuperação da PDG.

O Plano contempla os meios de recuperação pelos quais acreditamos que será possível equacionar o atual descompasso de fluxo de caixa, manter a normalidade operacional, e permitir a continuidade e finalização das obras em andamento.

Entre os meios estabelecidos para recuperação estão: (i) o redimensionamento do plano de negócios do Grupo PDG; (ii) a reestruturação das dívidas sujeitas à Recuperação Judicial; (iii) a captação de novos recursos; e (iv) a alienação de ativos de acordo com a dinâmica apresentada no Plano.

Em linha com os meios estabelecidos para recuperação e com as diretrizes de negócio expostas no Plano, a Companhia estuda um novo foco de atuação, que leva em consideração o potencial do nosso banco de terrenos e as atuais tendências de mercado.

Desde a reapresentação do Plano Consolidado, direcionamos esforços para a preparação da Assembleia de Credores que será realizada, em primeira convocação, no dia 22/11/17. Após a finalização desta importante etapa, seguiremos com a homologação, implementação e execução das diretrizes previstas no Plano.

A Companhia acredita que, com a aprovação de seu Plano de Recuperação Judicial, será possível equacionar suas operações, equalizar sua necessidade de caixa, e retomar suas atividades de forma mais eficiente e sustentável.

- Resultados Operacionais

Em relação à parte operacional, continuamos trabalhando intensamente para manter a estrutura da PDG alinhada com as necessidades de sua operação, empreendendo constantes esforços na redução das despesas e na preservação do caixa.

A respeito da preservação do caixa, mantivemos a estratégia de vendas adotada após o pedido de recuperação judicial, na qual passamos a priorizar a venda de unidades sem ônus e, portanto, geradoras de caixa imediato, além de priorizar também a venda de unidades cujos recursos possam ser usados para pagar despesas das próprias SPEs.

Desta forma, em função da estratégia de vendas adotada, as vendas brutas somaram R\$37 milhões no 3T17, 41% abaixo do 2T17 e 90% abaixo do valor registrado no 3T16. Dos R\$100,5 milhões vendidos dentro desta nova estratégia, R\$66,6 milhões referem-se às vendas de unidades cujos recursos podem

Comentário do Desempenho

ser utilizados para despesas da própria SPE, e R\$33,9 milhões referem-se às vendas de unidades que geraram caixa livre para a Companhia.

Durante o 3T17, o valor distratado foi de R\$76 milhões, 33% menor que o valor registrado no 2T17, e 80% inferior ao montante observado no 3T16. Mesmo diante de um volume de distratos inferior ao dos últimos trimestres, continuamos priorizando a realização dos distratos de unidades com boa liquidez e livre de ônus, que serão geradoras de caixa livre no momento da revenda.

Portanto, em função do baixo volume de vendas brutas, e dos distratos registrados durante o 3T17, as vendas líquidas no período foram negativas em R\$39 milhões.

Neste trimestre, foram repassadas 355 unidades, equivalentes a um VGV de R\$70 milhões. Essa desaceleração no volume de unidades repassadas decorreu, principalmente, do menor volume de entregas no período, causado pela redução no ritmo das obras, além do menor volume de vendas registradas ao longo do trimestre.

As despesas gerais e administrativas foram reduzidas em 38% na comparação entre o 3T17 e o 3T16. Já no acumulado dos 9M17, a queda nas despesas foi de 33%, em linha com o objetivo da Companhia de readequar sua estrutura de operação.

As despesas comerciais foram reduzidas em 92% na comparação entre 3T16 e o 3T17, e em 84% no acumulado do ano. Essa diminuição decorreu, principalmente, da ausência de lançamentos e de campanhas de vendas, além da redução no volume de vendas.

A fim de aproveitar os benefícios instituídos pelo programa de regularização tributária, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) com novos débitos e com a migração de parte dos débitos previamente incluídos em PRT. A adesão ao PERT e ao PRT gerou uma redução de aproximadamente R\$104 milhões nos impostos a pagar no 3T17. No ano, a redução atingiu mais de R\$300 milhões.

No âmbito estratégico-operacional, continuamos tomando as medidas necessárias para acelerar a entrada de caixa, com foco na monetização dos ativos, na redução de custos, e na readequação dos passivos. Essas medidas têm auxiliado a Companhia em seu processo de recuperação, e continuarão entre as suas prioridades.

A Administração.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial

Informações Trimestrais em
30 de Setembro de 2017

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

Notas explicativas às Informações Trimestrais **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

a. Informações gerais

A PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial (“Companhia” ou “PDG”), suas controladas e seus empreendimentos em conjunto têm por objetivo social: (a) participação em outras sociedades que atuem no setor imobiliário, na qualidade de acionista, quotista, consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimentos, como a subscrição ou a aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários; (b) aquisição de imóveis para renda; e (c) aquisição de imóveis para incorporação imobiliária.

Constituída como uma Sociedade Anônima domiciliada no Brasil, as ações da Companhia, sob o código “PDGR3”, são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (atual denominação da BM&FBOVESPA). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955, 10º andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo – SP.

As informações referentes ao contexto operacional não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 1 das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, publicadas no dia 30 de março de 2017, nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Valor Econômico” e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e pdg.com.br/ri (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016”).

b. Recuperação judicial

A Companhia iniciou em agosto de 2015, em conjunto com seus assessores legais e financeiros, um processo de reestruturação de dívidas com vistas a reforçar o fluxo de caixa e otimizar a estrutura de capital das empresas integrantes do Grupo (PDG), de modo a preservar a sua capacidade de cumprimento das obrigações assumidas perante credores e clientes (“Processo de Reestruturação”).

Em linhas gerais o Processo de Reestruturação previa acordos para prorrogação de pagamentos de juros e amortização de principal, a concessão de novos financiamentos destinados a cobrir despesas gerais e administrativas do Grupo (PDG) e o compromisso das instituições financeiras de retomar a liberação de linhas de financiamento já contratadas e/ou analisar a possibilidade de contratar novas linhas de financiamento em benefício de empreendimentos imobiliários desenvolvidos por empresas do Grupo (PDG).

No entanto, os acordos não alcançaram o efeito originalmente esperado e o Grupo (PDG) continuou a enfrentar dificuldades na gestão e continuidade dos seus empreendimentos imobiliários, tais como o crescente número de distratos de unidades vendidas, a queda nas vendas em todo Brasil, a interrupção de obras em andamento, o acúmulo de dívidas condominiais, de IPTU e com fornecedores de produtos e serviços, e ainda o grande volume de ações judiciais movidas por clientes, ex-clientes e funcionários de prestadores de serviço.

Apesar dos esforços e dos avanços alcançados, o Conselho de Administração ponderou que não era possível encontrar, no âmbito extrajudicial, uma solução sustentável para a crise financeira por que passa o Grupo (PDG), e concluiu que o ajuizamento da Recuperação Judicial do Grupo (PDG) era a medida mais adequada para (i) continuar avançando, de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-definidos,

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

com a coordenação de todos os envolvidos no Processo de Reestruturação; (ii) possibilitar a manutenção da normalidade operacional das atividades da Companhia e suas controladas; bem como (iii) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia e de suas controladas.

Em decorrência desta situação, em 22 de fevereiro de 2017 a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial, das 512 sociedades integrantes do Grupo (PDG), na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005. Em 02 de março de 2017 o pedido de recuperação judicial foi deferido pelo Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, nos autos do processo nº 1016422-34.2017.8.26.0100.

A decisão judicial de deferimento, dentre outras providências, determinou o seguinte:

- (i) Nomeação da PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. para atuar como administradora Judicial no Processo de Recuperação Judicial;
- (ii) Suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra o Grupo (PDG), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados desta data, nos termos do artigo 6º da LRF;
- (iii) Expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da sua publicação, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do Processo de Recuperação Judicial;
- (iv) Apresentação do plano de recuperação judicial do Grupo (PDG) no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do artigo 53 da LRF.

No dia 27 de março de 2017, através de Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram, sem qualquer ressalva, o pedido de recuperação judicial da Companhia e sociedades integrantes de seu Grupo (PDG) econômico, autorizando os administradores da Companhia a tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários com vistas a dar continuidade e garantir a efetivação da recuperação judicial da Companhia.

Em 06 de junho de 2017, a Administração da Companhia apresentou, nos autos do processo, o plano de recuperação judicial da Companhia e de determinadas controladas.

No dia 04 de agosto, a Companhia divulgou fato relevante informando ter chegado a um alinhamento, acerca de determinados aspectos da recuperação judicial, com 3 de seus principais credores. Tal alinhamento inclui o tratamento a ser dado aos patrimônios de afetação das sociedades do Grupo (PDG) e da sua controlada PDG Companhia Securitizadora, a destinação do produto dos ativos onerados aos bancos e não vinculados a patrimônio de afetação, além da previsão de remuneração para o Grupo (PDG) pela gestão dos ativos cedidos. O alinhamento alcançado não cria obrigação entre as partes e deverá ser detalhado e levado oportunamente à aprovação em assembleia geral de credores.

Em 29 de setembro, a Companhia apresentou novo plano de recuperação judicial, nos autos do processo da Recuperação Judicial ("Plano"), e em 25 de outubro convocou a Assembleia Geral de Credores (Nota Explicativa nº 31). A Administração da Companhia informa que a elaboração do Plano reflete ajustes que resultaram de tratativas mantidas entre o Grupo PDG e seus credores ao longo das últimas semanas. A Assembléia Geral de Credores e maiores informações estão apresentadas na nota de eventos subsequentes.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

c. Continuidade operacional

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial, por meio dos planos de recuperação, a serem apresentados, e da concretização de previsões da Companhia. Essas condições e circunstâncias indicam a existência de incertezas, que poderão gerar dúvidas sobre a capacidade de continuidade da Companhia.

Na avaliação da Administração da Companhia os planos possibilitarão, durante o período de negociação junto a credores e judiciário, o fechamento de acordos com a maioria dos credores do Grupo (PDG).

Adicionalmente o Conselho de Administração acredita que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos das formas e condições previstas nestes planos, também fornecerão condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo (PDG), possibilitando (i) reversão do círculo vicioso de baixa liquidez; e (ii) atração de recursos para a Companhia, mediante novas parcerias para desenvolvimento dos projetos.

2 Apresentação das Informações Trimestrais e principais políticas contábeis

a. Informações trimestrais e políticas contábeis

As Informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da Companhia e suas controladas e coligadas (Grupo (PDG)). Consequentemente, as informações trimestrais foram preparadas utilizando-se políticas contábeis aplicáveis às empresas com continuidade de operação (“on a going-concern basis”), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC21 (R1) – Demonstração Intermediária e as informações trimestrais consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, identificadas como “Controladora e Consolidado”.

A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis, adotadas na apresentação e preparação dessas Informações Trimestrais, são os mesmos divulgados na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações financeiras de dezembro de 2016 e, não sofreram alterações e permanecem válidos. Portanto, estas informações trimestrais não incluem todas as notas e divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas, e, consequentemente, as respectivas informações devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas. Com base no julgamento e premissas adotadas pela Administração, acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas, estas Informações Trimestrais incluem notas explicativas selecionadas e não

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

contemplam todas as notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais, conforme facultado pelo Ofício Circular 03/2011, emitido pela CVM.

Em decorrência do pedido de recuperação judicial, a Companhia reclassificou para o passivo circulante os empréstimos e financiamentos, cédulas de créditos bancário (CCBs) e Debêntures a pagar, que possuem cláusulas de vencimento antecipado no caso de recuperação judicial da Companhia. Assim que aprovados os planos de recuperação e fluxos de pagamentos destas dívidas a Companhia reavaliará a segregação contábil.

A moeda funcional de apresentação das Informações Trimestrais individuais e consolidadas é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas Informações Trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

A emissão das Informações Trimestrais da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e autorizada para arquivamento em 01 de novembro de 2017.

b. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 - Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Arrendamento	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 48, interpretação para o IFRS 9, diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração estará avaliando o impacto total de sua adoção.

O CPC 47, equivalente ao IFRS 15, define os critérios para mensuração e momento do reconhecimento da receita da Companhia. Atualmente, as empresas do segmento de incorporação imobiliária, em conjunto às entidades que representam o setor, estão empenhadas em esclarecer aos órgãos reguladores do exterior que o CPC 47 não deveria alterar o momento do reconhecimento da receita de venda dos imóveis, em determinados contratos, mantendo o procedimento de reconhecimento contínuo durante a construção (POC), como normalmente aplicado pela Companhia. A Administração da Companhia aguarda a conclusão sobre o assunto e espera por um posicionamento formal dos órgãos normativos e reguladores no Brasil, seja inclusive através da edição dos correspondentes normativos atualmente existentes, para avaliar os potenciais efeitos em suas demonstrações financeiras e em seus controles internos, uma vez que se alterado o reconhecimento da receita para o momento da entrega dos imóveis, poderão impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

A Administração da Companhia aguarda a edição revisada dos correspondentes normativos pelo CPC e CFC, para apurar os efeitos relevantes, caso haja mudança nas interpretações sobre o momento do reconhecimento das receitas.

Para o IFRS 16 a Administração da Companhia aguarda a edição do correspondente normativo no Brasil pelo CPC para análise dos possíveis impactos em suas demonstrações financeiras. A adoção antecipada dessas novas normas contábeis não é permitida para empresas listadas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

3 Consolidação de controladas

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

As Informações Trimestrais das controladas são usualmente elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos acionistas proprietários da Controladora e à participação dos acionistas não controladores.

a. Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, o Grupo (PDG) mensura qualquer participação de acionistas não controladores na data de aquisição, utilizando o valor justo ou a participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que geralmente são pelo valor justo.

Mudanças na participação do Grupo (PDG) em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. Ajustes à participação de acionistas não controladores são baseados em um valor proporcional dos ativos líquidos da subsidiária.

b. Perda de controle

Quando ocorre a perda do controle, o Grupo (PDG) desreconhece os ativos e passivos da subsidiária, qualquer participação de acionistas não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa subsidiária. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado do exercício. Se o Grupo (PDG) retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

c. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra Grupo (PDG), e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra Grupo (PDG), são eliminados na preparação das Informações Trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo (PDG) na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco, aplicações em instituições financeiras de primeira linha e, estão remunerados, em média, a 89,1% do CDI em 30 de setembro de 2017 (31 de dezembro de 2016: 91,5% do CDI).

a. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se substancialmente a saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujo vencimento é inferior a 90 dias sem que haja penalidade no resgate, relativas a Certificados de depósitos bancários e Fundos de renda fixa.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos	741	329	55.345	49.482
Aplicações financeiras				
Aplicações financeiras de curtíssimo prazo	-	62	11	5.847
Fundos de investimento de renda fixa	-	-	-	9.992
Certificados de depósitos bancários (CDB)	3.448	205	73.715	62.823
Operações compromissadas	128	5.335	31.923	72.829
Subtotal	3.576	5.602	105.649	151.491
Total caixa e equivalentes de caixa	4.317	5.931	160.994	200.973

b. Aplicações financeiras vinculadas

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia apresenta R\$ 64.406, no ativo circulante consolidado, referente a aplicações vinculadas às operações restritas ao pagamento de dívida. As aplicações estão realizadas em Fundos de investimento de renda fixa (R\$ 9.911) e CDB (R\$ 54.496). Na controladora (R\$ 2.347) em CDB.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Incorporação e venda de imóveis	35.759	33.850	2.130.812	2.810.887
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.890)	(9.089)	(648.972)	(775.891)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(4.127)	(12.331)
Total	26.869	24.761	1.477.713	2.022.665
Parcela circulante	22.194	17.775	1.063.207	1.249.963
Parcela não circulante	4.675	6.986	414.506	772.702
Total	26.869	24.761	1.477.713	2.022.665

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

As contas a receber de venda de imóveis são, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a entrega das chaves e, posteriormente, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) acrescidas de juros de 12% ao ano.

Os saldos de contas a receber de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
2018	177	752	23.742	218.827
2019	564	655	118.133	177.054
2020	2.423	4.797	90.230	212.885
2021	404	453	50.696	70.255
2022 em diante	1.107	329	131.705	93.681
Total	4.675	6.986	414.506	772.702

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía o saldo das contas a receber consolidado, da parcela circulante, distribuído da seguinte forma:

	30/09/2017			31/12/2016		
	Em processo de Repasse	Carteira Direta	Total	Em processo de Repasse	Carteira Direta	Total
à vencer	279.277	82.906	362.183	472.499	162.747	635.246
vencidos	626.596	74.428	701.024	421.648	193.069	614.717
0 a 30 dias	12.285	4.785	17.070	86.676	21.091	107.767
31 a 60 dias	20.123	3.332	23.455	64.522	11.341	75.863
61 a 90 dias	101.130	3.414	104.544	41.957	11.912	53.869
91 a 120 dias	28.255	3.235	31.490	9.842	11.249	21.091
121 a 360 dias	177.732	24.642	202.374	102.432	67.903	170.335
Mais de 360 dias	287.071	35.020	322.091	116.219	69.573	185.792
Total	905.873	157.334	1.063.207	894.147	355.816	1.249.963

Processo de repasse

Na fase de conclusão de seus empreendimentos, a quase totalidade dos clientes passa pelo processo de financiamento bancário (conhecido também como repasse), processo este requerido para a entrega das chaves e a tomada de posse da unidade. Clientes eventualmente não aprovados para financiamento bancário serão analisados individualmente e poderão ser distratados, não recebendo, assim, as chaves e não tomando posse do imóvel.

Clientes sem condições de financiamento não receberão as unidades e a Companhia devolverá conforme contrato parte do saldo recebido e colocará as unidades à venda novamente.

SalDOS das contas a receber de unidades concluídas e em construção

Os saldos consolidados das contas a receber de unidades concluídas, em 30 de setembro de 2017, montam R\$ 1.259.492 (31 de dezembro de 2016: R\$ 1.802.076), e para empreendimentos em construção, em 30 de setembro de 2017, montam R\$ 218.221 (31 de dezembro de 2016: R\$ 220.589).

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

Ajuste a Valor Presente (AVP)

O Ajuste a Valor Presente de contas a receber para unidades não concluídas, apropriado proporcionalmente pelo critério descrito na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, é calculado utilizando-se uma taxa de desconto de 10,80% nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2017 (31 de dezembro de 2016: 8,08%), calculada pela taxa média de captação de empréstimos da Companhia e suas controladas, deduzida da inflação (IPC-A). Essa taxa é comparada com a NTN-B e utiliza-se a maior. A taxa atualmente utilizada é a NTN-B. A taxa de desconto é revisada periodicamente pela Administração da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e unidades distratadas

A Companhia constitui provisão para perda sobre o saldo total a receber dos clientes que tenham parcelas vencidas há mais de um ano e que tenham realizado um baixo percentual de pagamento sobre seu contrato de venda da unidade imobiliária.

Em 30 de setembro de 2017, a provisão para distratos e PCLD, consolidada, totaliza o montante de R\$ 648.972 (31 de dezembro de 2016: R\$ 775.891), representando 30,46% sobre o total das contas a receber de incorporação e revenda de imóveis. Os saldos em atraso são referentes, principalmente, aos casos de pró-soluto, inadimplência de longo prazo de contas a receber de repasse na planta. A movimentação do período é assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2016:	(775.891)
Movimentação Líquida de Distrato	106.721
Movimentação Líquida de PCLD	20.198
Saldo em 30/09/2017:	(648.972)

A movimentação líquida da PCLD está lançada no resultado da Companhia na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” e a movimentação líquida de distratos está lançada na rubrica de “Vendas imobiliárias (R\$ 274.679) e Custos das unidades vendidas (R\$ 167.958)”.

A Companhia, durante o período findo em 30 de setembro de 2017, registrou um volume líquido de 1.302 unidades distratadas (30 de setembro de 2016: 2.524 unidades); deste total, 67,43% ocorreu por desenquadramento de renda (30 de setembro de 2016: 52,89%), 1,69% por troca (30 de setembro de 2016: 16,52%) e 30,88% por razões variadas (30 de setembro de 2016: 30,59%).

O tratamento contábil da Companhia e suas controladas no distrato de unidades é o de reversão da receita e dos custos acumulados anteriormente, registrados pelo andamento de obra do empreendimento quando da rescisão dos contratos.

Empreendimentos inscritos no Regime especial de tributação (RET)

Os saldos das contas a receber relacionados aos empreendimentos totalizam, em 30 de setembro de 2017, R\$ 433.201 (31 de dezembro de 2016: R\$ 1.516.999), que representam 29% do total do saldo de contas a receber da Companhia em 30 de setembro de 2017 (31 de dezembro de 2016: 75%).

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

6 Estoques de imóveis a comercializar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Imóveis em construção	-	-	406.554	396.991
Imóveis concluídos	30.021	35.957	822.014	696.607
Terrenos para futuras incorporações	3.700	3.651	526.084	706.102
Adiantamentos a fornecedores	-	-	11.291	14.500
Juros capitalizados	127	586	59.568	56.754
Mais valia sobre imóveis lançados	-	-	-	1.760
Total	33.848	40.194	1.825.511	1.872.714
Parcela circulante	30.148	36.543	1.299.427	1.166.612
Parcela não circulante	3.700	3.651	526.084	706.102
Total	33.848	40.194	1.825.511	1.872.714

O valor contábil do terreno de um empreendimento é transferido para a rubrica “Imóveis em construção”, dentro da rubrica “Estoques de imóveis a comercializar”, quando as unidades são colocadas à venda, ou seja, no momento em que o empreendimento é lançado.

O saldo do ágio (Mais valia sobre imóveis) correspondente à valorização de terrenos e dos encargos capitalizados, na Controladora, ficam registrados em “Investimentos” e em “Estoques de imóveis a comercializar” no consolidado.

Terrenos para futuras incorporações

A Companhia registrava gastos com imóveis na cidade de Salvador, classificado na rubrica de “Terrenos para futuras incorporações”, que seriam alocados, principalmente, a empreendimentos considerados no projeto denominado, pela Companhia, como “Mintaka”. A Companhia possui acordo com o proprietário dos terrenos que permitem à Companhia ter preferência ou opção de compra nos terrenos, por um período de dez anos, a iniciar em dezembro de 2017.

Quando a opção de compra fosse exercida haveria a contabilização da aquisição do terreno em Estoque de terrenos e sua contra partida na conta de Contas a pagar de imóveis - Permuta financeira. A partir da aquisição os gastos já incorridos seriam alocados aos terrenos adquiridos.

Considerando que neste momento a Companhia não vislumbra novos lançamentos no curto prazo e que por diversos motivos não engajou em negociações efetivas para recuperação das benfeitorias realizadas nos projetos de Salvador, constituímos a baixa por *impairment* destes gastos, no montante de R\$ 151.011, lançada no resultado da Companhia na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”.

Os testes de *impairment*, conforme descritos na Nota explicativa nº 2.9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, foram realizados com a premissa de aquisição dos imóveis, desenvolvimento do projeto imobiliário ou recuperação dos custos incorridos, no caso de desistência da aquisição dos terrenos preferenciados ou opçionados.

Alocação dos encargos financeiros

As despesas financeiras de empréstimos, financiamentos e debêntures, cujos recursos foram utilizados no processo de construção dos empreendimentos imobiliários, são capitalizadas na rubrica “Estoques de imóveis a comercializar” e apropriadas ao resultado na rubrica “Custos dos imóveis vendidos”, no

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

consolidado, de acordo com o percentual de vendas de cada empreendimento. Os saldos dos encargos financeiros aplicáveis à Controladora são apresentados na rubrica “Investimentos”, conforme Nota Explicativa nº 7. A movimentação, em 30 de setembro de 2017, pode ser assim demonstra:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	586	2.521	56.754	72.203
(+) Encargos financeiros capitalizados referentes a:				
Empréstimos e financiamentos	665	329	23.183	48.538
Debêntures	-	-	-	23.206
Total de encargos financeiros capitalizados no período	665	329	23.183	71.744
(-) Encargos apropriados ao resultado no custo de imóveis vendidos	(1.124)	(2.264)	(20.369)	(87.193)
Total	127	586	59.568	56.754

7 Investimentos**a. Informações sobre as controladas em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016**

As sociedades controladas têm como propósito específico a realização de empreendimentos imobiliários, relativos à comercialização de imóveis residenciais e comerciais.

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, são apuradas de acordo com os balanços das respectivas investidas.

A Companhia possui acordos de acionistas relativos às controladas com participação inferior a 100%. Em relação às deliberações da Administração dessas controladas, a Companhia tem assento no Conselho de Administração e/ou na Diretoria destas, participando ativamente de todas as decisões estratégicas do negócio.

A Companhia possui em 30 de setembro de 2017 investimentos em controladas com gestão administrativa, financeira e contábil a cargo de seus parceiros externos. Estas controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e são consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia não vem recebendo as Demonstrações contábeis e informações financeiras das investidas abaixo e, por este motivo, encontra-se em processo de negociação ou arbitragem junto a seus parceiros, responsáveis pela gestão das investidas. Os saldos destas investidas, apresentados no consolidado de 30 de setembro de 2017, são assim resumidos:

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

SPEs:	Ativos	Passivos	Patrimônio	% PDG	% Sócio
Esperança	11.988	11.707	281	197	84
Torre de Ferrara	4.660	619	4.040	2.828	1.212
Torre de Rhodes	3.932	3.978	(45)	(32)	(13)
Gundel	51.340	43.678	7.661	5.363	2.298
Orion	53.671	37.445	16.226	11.358	4.868
Sub-total ¹	125.591	97.428	28.163	19.714	8.449
More Alphaville ²	1.989	7.346	(5.357)	(4.286)	(1.071)
Total	127.580	104.774	22.806	15.428	7.378

¹ As investidas relacionadas neste item estão envolvidas em litígios judiciais e arbitrais, necessários em decorrência da falta de transparência da parceira local na administração das SPE's investidas. Atualmente, há em curso:

- (i) Procedimento arbitral que tem como objeto apuração do valor das dívidas da parceira, com a controlada Agra, em relação aos investimentos realizados nas SPE's.
- (ii) Ação de execução de título extrajudicial movida pela parceira, contra as SPE's, com base no contrato de construção.
- (iii) Ação cautelar preparatória (que tramita em segredo de justiça) objetivando a destituição dos administradores atuais das SPE's e designação de Administrador Judicial; além de solicitar acesso total às informações financeiras e administrativas das SPE's. A despeito dos esforços (incluindo a judicialização da questão) ainda não foi possível à controlada Agra ter acesso às informações das SPE's.

² A Companhia está em tratativas junto ao parceiro, desta investida, para obtenção das informações atualizadas.

As Informações Trimestrais das sociedades controladas, utilizadas para fins de apuração do resultado de equivalência patrimonial e para a consolidação, possuem as mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia, descritas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, quando aplicável. O resumo das principais Informações financeiras das controladas está descrito na Nota Explicativa nº 7b.

A movimentação dos investimentos na Companhia é assim demonstrada:

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

Controladora								
Nome da empresa	% de Participação direta	% de Participação Indireta	Saldo em 31/12/2016	Aumentos / Integralizações	Reduções / Baixas	Resultado de Equivalência Patrimonial	Provisão para perda em investimentos ⁱ	Saldo em 30/09/2017
Investimentos em controladas								
CHL Desenvolvimento Imobiliário S/A	99,99%	0,01%	575.215	-	(5)	(70.237)	-	504.973
Goldfarb Incorporações E Construções S.A	99,99%	0,01%	314.849	-	(1.413)	50.398	-	363.834
PDG Desenvolvimento Imobiliário Ltda	99,99%	0,01%	266.385	-	-	2.528	-	268.913
PDG São Paulo Incorporações S.A	99,99%	0,01%	233.804	-	(73)	506	-	234.237
Gold Investimentos S.A.	49,32%	50,68%	67.772	1.425	-	(4.873)	-	64.324
API SPE 20 - Planej. e Desenvolv. Imobiliários S/A.	99,99%	0,01%	50.259	-	-	(3.791)	-	46.468
ZMF 5 Incorporações S.A	99,99%	0,01%	55.628	-	-	(4.110)	-	51.518
PDG Araxá Income S/A	99,00%	0,01%	29.050	-	-	910	-	29.960
PDG SPE 38 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	0,01%	30.338	-	-	(1.815)	-	28.523
PDG SP 7 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	26.101	-	-	1.477	-	27.578
PDG SP 9 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	25.865	-	-	28	-	25.893
PDG Companhia Securitizadora	99,99%	0,01%	24.362	-	(2.287)	(447)	-	21.628
PDG SP 2 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	20.565	-	-	410	-	20.975
PDG SP 6 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	21.187	-	-	62	-	21.249
JLO Brooklin Empreendimento Imobiliário Spe Ltda.	100,00%	0,00%	21.009	-	-	276	-	21.285
PDG SP 15 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	20.965	-	-	707	-	21.672
PDG-LN7 Incorporação e Empreendimentos S.A.	85,29%	14,71%	20.602	-	-	(319)	-	20.283
CHL LXVIII incorporações Ltda.	100,00%	0,00%	20.034	-	-	(20)	-	20.014
Performance Br Empreendimentos Imobiliários S.A.	68,00%	0,00%	19.094	-	-	275	-	19.369
LBC Empreendimento Imobiliário Spe	100,00%	0,00%	16.262	-	-	(6.971)	-	9.291
Gold Mali Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	50,00%	16.169	-	-	(16)	-	16.153
LN 29 Incorporação e Empreendimento Ltda	64,00%	16,00%	14.273	-	-	33	-	14.306
Colore Empreendimento Imobiliário Spe S/A	80,00%	0,00%	10.674	-	-	(30)	-	10.644
Vital Palácio Miraflores Incorporadora Ltda.	78,15%	21,85%	9.880	-	-	(10)	-	9.870
Club Felicitá Empreendimento Imobiliários S.A.	96,69%	3,31%	6.445	-	-	(5)	-	6.440
PDG Masb Empreendimento Imobiliário Spe Ltda.	50,00%	0,00%	9.006	-	-	(207)	-	8.799
GDP 1 Incorporações SPE Ltda.	99,99%	0,01%	7.288	-	-	(432)	-	6.856
PDG SPE 15 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	99,99%	0,01%	13.336	-	-	(4.431)	-	8.905
PDG LN 34 Incorp e Empreend Ltda	80,00%	20,00%	7.441	-	-	946	-	8.387
STXROCK 10 Desenvolvimento Imobiliário S/A.	99,99%	0,01%	7.105	-	-	19	-	7.124
PDG LN 28 Incorporação e Empreendimento Ltda	86,60%	13,40%	7.034	-	-	(62)	-	6.972
Club Florença Empreendimento Imobiliários S.A.	99,99%	0,01%	6.939	-	-	146	-	7.085
Gold Sao Paulo Empreendimentos Imobiliário Ltda.	50,00%	50,00%	5.432	-	-	-	-	5.432
Demais ¹			88.502	1.130	-	(343.927)	314.859	60.564
			2.068.870	2.555	(3.778)	(382.982)	314.859	1.999.524
Investimentos em coligadas								
Malmequer Empreendimentos S/A	42,50%	0,00%	2.745	6	-	17	-	2.768
Queiroz Galvao Mac Cyrela Veneza Empr. Imob. S.A.	20,00%	0,00%	1.857	-	-	256	(151)	1.962
Demais ²			2.233	42	(16)	(254)	(393)	1.612
			6.835	48	(16)	19	(544)	6.342
Subtotal - participações societárias			2.075.705	2.603	(3.794)	(382.963)	314.315	2.005.866
Demais								
Intangível ³			61.182	-	(55.214) ³	-	-	5.968
Juros capitalizados			2.160	392	-	-	-	2.552
Mais valia de terreno			1.760	-	(1.760)	-	-	-
Subtotal - demais investimentos			65.102	392	(56.974)	-	-	8.520
Total dos investimentos			2.140.807	2.995	(60.768)	(382.963)	314.315	2.014.386

¹ Investimentos em Controladas com saldos individualizados de até R\$ 5 milhões em 30 de setembro de 2017.

² Investimentos em Coligadas com saldos individualizados de até R\$ 1 milhão em 30 de setembro de 2017.

³ Baixa da mais valia alocada em terrenos na controlada Agre. (Nota 9b).

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

i. Provisão para perdas em investimentos

A seguir, a abertura da movimentação da provisão para perdas em investimentos reclassificadas para o passivo não circulante na rubrica de "Outras obrigações".

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2016	1.175.773	10.208
Investimentos em controladas		
Adições	320.844	-
Reversões	(5.985)	-
	314.859	-
Investimentos em coligadas		
Adições	-	5.698
Reversões	(544)	(1.715)
	(544)	3.983
	314.315	3.983
Saldo em 30/09/2017	1.490.088	14.191

b. Informações sobre as controladas em conjunto e coligadas, do consolidado, em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Consolidado								Saldo consolidado		
Nome da empresa	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado total do período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Investimentos em 30/09/2017	Investimentos em 31/12/2016	Resultado de Equivalência em	
	Direta								Demais ²	30/09/2016
Inpar - Abyara - Projeto Res. Santo Amaro Spe Ltda	30,00%	49.529	2.772	46.757	230	69	-	14.027	13.332	-
Schahin Borges De Figueiredo Incorporadora Ltda	30,00%	28.108	61	28.047	87	26	-	8.414	8.391	2
Iepe - Investimentos Imobiliarios Ltda	30,00%	17.841	1.224	16.617	(1.447)	(434)	-	4.985	5.587	(544)
Inpar - Abyara - Projeto Residencial America Spe Ltda	30,00%	32.023	15.273	16.750	(87)	(26)	-	5.025	5.355	-
Demais investidas ¹		493.443	481.219	12.224	(417)	(428)	14.191	15.334	16.347	356
Total dos investimentos		620.944	500.549	120.395	(1.634)	(793)	14.191	47.785	49.012	(186)

¹ Investimentos com saldos de até R\$ 5 milhões em 30 de setembro de 2017.

² Provisão para perdas em investimentos reclassificadas para o passivo não circulante na rubrica de "Outras obrigações".

Informações financeiras de controladas do consolidado, com minoritários, em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Consolidado em 30/09/2017								Saldo Consolidado		
Nome da empresa	% Total da Companhia	% de Minoritários	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado	Resultado de Não Controladores	Patrimônio Líquido de não Controladores	Patrimônio Líquido de não Controladores em 31/12/2016	Resultado em
										em 30/09/2016
Performance Br Empreendimentos Imob. S.A.	68,00%	32,00%	30.284	5.034	25.250	406	130	8.080	7.468	(21.103)
Gonder Incorporadora Ltda.	86,00%	14,00%	100.350	150.907	(50.557)	5.079	711	(7.078)	(7.789)	238
Klablin Segall Invest E Partic Spe S.A	70,00%	30,00%	6.621	25.841	(19.220)	(190)	(57)	(5.766)	(5.709)	946
Ecolife Independência Empreendimentos Imob	80,00%	20,00%	13.702	43.137	(29.435)	440	88	(5.887)	(5.975)	444
PDG Masb Empreendimento Imob. Spe Ltda	50,00%	50,00%	32.996	48.034	(15.038)	(414)	(207)	(7.519)	(7.379)	(1.048)
API Spe10-Plan e Des De Emp Imob Ltda	80,00%	20,00%	65.353	90.433	(25.080)	(10.420)	(2.084)	(5.016)	(2.932)	(196)
Demais investimentos ¹			575.102	519.336	55.766	51.157	10.851	16.301	(19.985)	(1.557)
Total			824.408	882.722	(58.314)	46.058	9.432	(6.885)	(42.301)	(22.276)

¹ Investimentos maiores ou menores de R\$ 5 milhões em 30 de setembro de 2017

c. Investimentos em ações

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia, através de sua controlada Agra Empreendimentos Imobiliários S.A., mantém fundo de investimento exclusivo (FIP PDG), cujos principais ativos são participações societárias em controladas da Companhia. As cotas do fundo são valorizadas conforme cotação

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

patrimonial e seus rendimentos, apropriados no resultado da controlada, são eliminados quando da elaboração das informações consolidadas da Companhia.

8 Imobilizado

O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e estão relacionados às atividades operacionais.

Há controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. A depreciação anual é calculada de forma linear, ao longo da vida útil dos ativos, a taxas que consideram a vida útil estimada dos bens, como segue:

Controladora					
Custo:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Saldo em 31.12.2015	-	379	3.848	705	4.932
. Adições	848	-	361	-	1.209
Saldo em 31.12.2016	848	379	4.209	705	6.141
. Adições	330	-	-	-	330
. Baixas	-	(317)	(28)	(705)	(1.050)
Saldo em 30.09.2017	1.178	62	4.181	-	5.421

Controladora					
Depreciação:	10% a.a. Máquinas e equipamentos	10% a.a. Móveis e utensílios	20% a.a. Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Saldo em 31.12.2015	-	(311)	(3.599)	(47)	(3.957)
. Depreciações	(68)	(38)	(190)	(70)	(366)
Saldo em 31.12.2016	(68)	(349)	(3.789)	(117)	(4.323)
. Depreciações	(82)	(14)	(154)	(42)	(292)
. Baixas	-	317	28	159	504
Saldo em 30.09.2017	(150)	(46)	(3.915)	-	(4.111)
Saldo residual em 30.09.2017	1.028	16	266	-	1.310
Saldo residual em 31.12.2016	780	30	420	588	1.818
Saldo residual em 31.12.2015	-	68	249	658	975

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

Custo:	Consolidado						Total
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Estande de vendas	Demais imobilizações	
Saldo em 31.12.2015	28.306	17.888	26.515	22.118	4.023	5.086	103.936
. Adições	1.180	1.112	1.195	1.990	271	-	5.748
. Baixas	(1.842)	(529)	(799)	(58)	(1.472)	(1.084)	(5.784)
Saldo em 31.12.2016	27.644	18.471	26.911	24.050	2.822	4.002	103.900
. Adições	357	-	-	-	-	-	357
. Baixas	(691)	(5.469)	(11.841)	(24.050)	(2.822)	(3.357)	(48.230)
Saldo em 30.09.2017	27.310	13.002	15.070	-	-	645	56.027

Depreciação:	Consolidado						Total
	10% a.a. Máquinas e equipamentos	10% a.a. Móveis e utensílios	20% a.a. Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros (ii)	Estande de vendas (i)	Demais imobilizações	
Saldo em 31.12.2015	(14.826)	(11.581)	(24.108)	(11.598)	(3.263)	(2.341)	(67.717)
. Depreciações	(2.989)	(1.786)	(1.292)	(4.249)	(1.191)	(249)	(11.756)
. Baixas	1.102	123	306	10	1.632	40	3.213
Saldo em 31.12.2016	(16.713)	(13.244)	(25.094)	(15.837)	(2.822)	(2.550)	(76.260)
. Depreciações	(2.017)	(1.033)	(576)	(837)	-	(144)	(4.607)
. Baixas	686	5.406	11.820	16.674	2.822	2.333	39.741
Saldo em 30.09.2017	(18.044)	(8.871)	(13.850)	-	-	(361)	(41.126)
Saldo residual em 30.09.2017	9.266	4.131	1.220	-	-	284	14.901
Saldo residual em 31.12.2016	10.931	5.227	1.817	8.213	-	1.452	27.640
Saldo residual em 31.12.2015	13.480	6.307	2.407	10.520	760	2.745	36.219

Teste de recuperabilidade (impairment) do Imobilizado

O Grupo (PDG) revisa anualmente a existência de indícios de recuperabilidade dos Ativos imobilizados. Nos casos em que são identificados imobilizados que não serão recuperáveis, o Grupo (PDG) analisa e constitui provisão para redução ao valor recuperável.

9 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Composição dos ágios por empresa				
Agre Empreendimentos Imobiliários S.A. (No ta 9b)	-	53.491	-	53.491
Agre Urbanismo S.A.	399	402	-	-
CHL Desenvolvimento Imobiliários S.A.	5.125	6.616	-	-
Goldfarb Incorporações e Construções S.A.	308	465	-	-
LN 8 Incorporação e Empreendimentos Ltda.	-	72	-	-
PDG LN Incorporações e Construções S.A.	136	136	-	-
Total	5.968	61.182	-	53.491
Software e outros intangíveis	26.092	31.460	40.625	54.193
Subtotal	32.060	92.642	40.625	107.684
Realocação para Investimentos (Nota 7) (i)	(5.968)	(61.182)	-	-
Saldo final	26.092	31.460	40.625	107.684

(i) Nas Informações Trimestrais da "Controladora" e "Consolidado" esses Intangíveis estão sendo apresentados inclusos nas rubricas de Investimentos, pois são intangíveis de empresas coligadas (Nota Explicativa nº 7)

a. Movimentação dos Ativos intangíveis

As movimentações dos ativos intangíveis nos exercícios findos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim demonstradas:

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

	Controladora	Consolidado				
	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Direito de uso de software	Sub-total	Mais valia nos Investimentos	Total
Custo:						
Saldo em 31.12.2015	56.008	88	135.741	135.829	511.428	647.257
. Adições	5.151	-	5.530	5.530	-	5.530
. Baixas	-	(88)	(701)	(789)	-	(789)
Saldo em 31.12.2016	61.159	-	140.570	140.570	511.428	651.998
. Adições	181	-	181	181	-	181
. Baixas	-	-	(12.605)	(12.605)	-	(12.605)
Saldo em 30.09.2017	61.340	-	128.146	128.146	511.428	639.574
Amortizações:						
Saldo em 31.12.2015	(22.144)	-	(61.397)	(61.397)	(457.937)	(519.334)
. Amortizações	(7.555)	-	(25.045)	(25.045)	-	(25.045)
. Baixas	-	-	65	65	-	65
Saldo em 31.12.2016	(29.699)	-	(86.377)	(86.377)	(457.937)	(544.314)
. Amortizações	(5.549)	-	(13.733)	(13.733)	-	(13.733)
. Baixas ¹	-	-	12.589	12.589	(53.491) ¹	(40.902)
Saldo em 30.09.2017	(35.248)	-	(87.521)	(87.521)	(511.428)	(598.949)
Saldo residual em 30.09.2017	26.092	-	40.625	40.625	-	40.625
Saldo residual em 31.12.2016	31.460	-	54.193	54.193	53.491	107.684
Saldo residual em 31.12.2015	33.864	88	74.344	74.432	53.491	127.923

¹ Baixa na rubrica de outras despesas operacionais no resultado, referente baixa de mais valia de terreno alocado na controlada Agre. (Nota 9b)

b. Teste da redução ao valor recuperável (impairment)

A controlada Agre registrou no 2º trimestre, a baixa por impairment de R\$ 53.491, alocado a terrenos que estavam opçionados ao Grupo (PDG). A baixa foi realizada devido à incerteza, relacionada ao potencial exercício das opções de compra dos terrenos.

c. Intangíveis de Software

Os ativos classificados como “Software e outros intangíveis” correspondem à aquisição e aos custos de implementação do software operacional da Companhia, cujo início de amortização deu-se em janeiro de 2011. Durante o período findo em 30 de setembro de 2017, foram amortizados R\$ 13.733 (30 de setembro de 2016: R\$ 19.582) contabilizados no resultado da Companhia. O prazo de amortização do software foi avaliado em oito anos.

10 Transações e saldos com partes relacionadas**a. Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)**

O montante classificado no ativo não circulante, como AFAC é referente a aportes destinados a viabilizar a fase inicial dos empreendimentos. Esses aportes não estão sujeitos a qualquer indexador ou taxa de juros, e serão objeto de deliberação por parte dos acionistas quanto à sua capitalização.

b. Remuneração da administração

O limite de remuneração global dos administradores da Companhia e membros do conselho fiscal, líquido de encargos sociais que sejam ônus da Companhia, para o ano de 2017, foi fixado em até R\$ 20.514 (31 de dezembro de 2016: R\$ 39.485), para a remuneração dos administradores fixa e variável, direta e indireta dos administradores, considerando o patamar máximo atingível e do conselho fiscal, bem como os valores a serem por ela arcados em decorrência das opções de compra de ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

O montante da remuneração fixa e variável pago a título de remuneração, participação nos lucros ou resultados, dividendos e/ou benefícios em geral, durante o período findo em 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016, é assim demonstrado:

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
Remuneração fixa								
Conselho de Administração	450	1.350	120	360	450	1.350	120	360
Conselho Fiscal	70	216	88	184	70	216	88	184
Diretoria Estatutária	475	1.694	963	2.793	475	1.694	963	2.793
Encargos	297	949	386	913	297	949	386	913
	1.292	4.209	1.557	4.250	1.292	4.209	1.557	4.250
Benefícios								
Diretoria Estatutária	(14)	36	81	221	(14)	36	81	221
	(14)	36	81	221	(14)	36	81	221
Remuneração variável								
Bônus de retenção	259	1.490	2.296	13.375	259	1.490	2.296	13.375
Encargos	194	548	692	3.651	194	548	692	3.651
	453	2.038	2.988	17.026	453	2.038	2.988	17.026
Total fixa e variável	1.731	6.283	4.626	21.497	1.731	6.283	4.626	21.497
Baseada em ações	12	37	455	990	12	37	455	990
Total Geral	1.743	6.320	5.081	22.487	1.743	6.320	5.081	22.487

A remuneração variável da Administração é composta por participação nos resultados e estes são usualmente provisionados durante o exercício social anterior, baseado na estimativa de pagamento. A remuneração baseada em ações representa a apropriação ao resultado do exercício da despesa apurada nas outorgas em circulação (Nota explicativa nº 21).

A Companhia, com base no item 8 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2013, emitido em 8 de fevereiro de 2013, apresenta as seguintes referências sobre a divulgação das transações das partes relacionadas:

- (i) Não possui benefícios de curto prazo a empregados e administradores;
- (ii) Não possui benefícios pós-emprego;
- (iii) Não possui outros benefícios de longo prazo;
- (iv) Não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e
- (v) Possui remuneração baseada em ações.

c. Avais e garantias

A Companhia totaliza R\$ 1.120.961 de avais e garantias em 30 de setembro de 2017 (2016: R\$ 1.711.768). Os montantes são provenientes de avais e fianças prestadas nas operações de crédito imobiliário realizadas pelas sociedades investidas da Companhia, tendo por base os saldos a pagar e futuras liberações contratadas até esta data, e na proporção da participação que a Companhia possui no capital social de tais sociedades.

d. Saldos com partes relacionadas:

Os saldos e as transações, de circulante e não circulante, com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Ativo				
Mútuo Pessoas Ligadas	3.153	2.723	26.436	24.564
Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	-	12.530	72.262	60.165
Passivo				
Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	142.536	116.549	164.243	137.413
Mútuo Pessoas Ligadas	-	-	5.403	-

Os direitos com empresas ligadas não possuem vencimento predeterminado e, exceto pelos contratos de mútuo, não têm incidência de encargos. As operações de mútuo e de saldos a receber ou a pagar de controladas e conta corrente com parceiros nos empreendimentos foram efetuadas, principalmente, com o objetivo de viabilizar a fase inicial dos empreendimentos, em função das relações comerciais que são mantidas com as partes relacionadas para o desenvolvimento das atividades de incorporação e construção.

e. Partes relacionadas com fornecimentos de materiais e serviços

As operações e negócios com partes relacionadas são realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes. De acordo com o artigo 15 de nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração ("CA") deliberar sobre: a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre a Companhia e os acionistas da Companhia e/ou empresas controladas, coligadas ou controladoras dos acionistas da Companhia. As reuniões do CA realizadas para a tomada destas e outras decisões de investimento são instaladas com a presença da maioria dos membros do CA e as deliberações são tidas como válidas se aprovadas pela maioria dos membros presentes.

As principais informações sobre as operações realizadas com administradores e sócios da Companhia, ou de suas investidas, é assim apresentada:

Parte relacionada						Gastos Incorridos em		
Relação com Companhia	Fornecedor	Objeto do contrato	Data da transação	Montante envolvido	Obs:	Duração do contrato	30/09/2017	31/12/2016
						36 meses de obra + 12 meses pós obra		
Vinci Partners	F Austral Seguradora	Seguro de obra e Seguro garantia	jun/13 à nov/19	3.188	limite máximo de cobertura por obra-seguro: R\$120.000		-	708
Vinci Partners	F Cecrisa R. Cerâmicos S.A	Material: cerâmica	jun/13 à set/17	14.675	-	6 meses	47	474
Vinci Partners	F Unidas Locadora de Veículos Ltda	Locação: veículo	set/13 à mar/17	28	-	1 ano	-	1
Conselheiro	F Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A.	Consultoria	jun/14	257	valor total contratado R\$ 2.571	19 meses	-	1.337
Conselheiro	F União Consultoria V. e A. de P. de Gestão S/S	Consultoria	jun/14	1.157			-	-
Conselheiro	F União Consulotria E. de Projetos de Gestão	Consultoria	jun/14	1.157			-	-
Conselheiro	F Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A.	Consultoria	out/15	725	valor total contratado R\$ 7.250	11 meses	644	81
Conselheiro	F União Consultoria V. e A. de P. de Gestão S/S	Consultoria	out/15	3.263			1.371	-
Conselheiro	F União Consulotria E. de Projetos de Gestão	Consultoria	out/15	3.263			-	-
Total				27.713			2.062	2.601

11 Empréstimos e financiamentos

A Companhia reduz a exposição de caixa de cada empreendimento através do uso de recursos de terceiros no financiamento/apoio à construção, firmados nas condições do Sistema Financeiro Habitacional e de linhas de capital de giro oferecidas por instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

Conforme Nota explicativa nº 2.a efetuamos a reclassificação, para o passivo circulante, dos empréstimos e financiamentos que possuem cláusulas restritivas a situação de recuperação judicial.

A Companhia registrou multa e juros para alguns contratos que possuem cláusulas específicas para entrada em recuperação judicial da Companhia.

Segue a composição consolidada dos empréstimos da Companhia, em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, por tipo de dívida:

Tipo de Dívida	Taxa média		Garantia
	30/09/2017	31/12/2016	
SFH	-	2.954	TR + 9%
Capital de Giro/ SFI e Nota promissória	357.362	329.599	Hipoteca/ Recebíveis/ Fiança/ Penhor
Finep/Finame	132.818	98.246	Alienação fiduciária de quotas, ações e imóveis/ Aval/ Hipoteca / Cessão fiduciária de Direitos Creditórios
Total	490.180	430.799	PRE 5,25% até 8,70% Aval PDG
Parcela circulante	490.180	45.398	
Parcela não circulante	-	385.401	
Total	490.180	430.799	

Tipo de Dívida	Consolidado		Taxa média	Garantia
	30/09/2017	31/12/2016		
SFH	830.776	970.394	TR + 9%	Recebíveis/ Fiança proporcional/ Hipoteca / Aval / Penhor / Hipoteca imóvel/ Fiança
Capital de Giro/ SFI e Nota promissória	357.363	329.600	118% CDI	Alienação fiduciária de quotas, ações e imóveis/ Aval/ Hipoteca / Cessão fiduciária de Direitos Creditórios
Finep/Finame	135.924	101.168	PRE 5,25% até 8,70%	Aval PDG
Total	1.324.063	1.401.162		
Parcela circulante	1.324.063	1.013.591		
Parcela não circulante	-	387.571		
Total	1.324.063	1.401.162		

12 Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) e Debêntures a pagar

Conforme Nota explicativa nº 2.a efetuamos a reclassificação para o passivo circulante das CCBs e Debêntures a pagar que possuem cláusulas restritivas à situação de recuperação judicial.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

a. Cédulas de Crédito Bancário

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Obrigação por Emissão de CCB Corporativa				
3ª Série da 1ª Emissão	1.393	1.250	1.393	1.250
4ª Série da 1ª Emissão	696	625	696	625
15ª Série da 1ª Emissão	311.154	289.191	311.154	289.191
3ª Série da 3ª Emissão	-	-	2.777	2.817
5ª Série da 3ª Emissão	12.340	11.118	12.340	11.118
7ª Série da 3ª Emissão	11.160	11.731	11.160	11.731
25ª Série da 1ª Emissão	89.251	86.316	89.251	86.316
26ª Série da 1ª Emissão	-	-	75.940	62.421
27ª Série da 1ª Emissão	248.054	205.067	248.054	205.067
28ª Série da 1ª Emissão	88.543	72.115	88.543	72.115
Outras emissões por CCB	942.602	910.297	1.002.242	983.163
Sub-Total Corporativo	1.705.193	1.587.710	1.843.550	1.725.814
Obrigação por Emissão de CCB Apoio à produção *				
3ª Série da 2ª Emissão	-	-	76.108	69.073
2ª Série da 2ª Emissão	-	-	56.212	63.437
24ª Série da 1ª Emissão	240.639	200.575	240.639	200.575
CCB CEF 600MM	280.284	253.685	280.284	253.685
Sub-Total CCB Apoio à produção	520.923	454.260	653.243	586.770
Total	2.226.116	2.041.970	2.496.793	2.312.584
Parcela circulante	2.226.116	1.542.375	2.496.793	1.811.544
Parcela não circulante	-	499.595	-	501.040
Total	2.226.116	2.041.970	2.496.793	2.312.584

*Possuem as mesmas condições de contratação do SFH:

- a) Tenham origem de linhas de crédito criadas junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou Poupança;
- b) Sejam destinados para o financiamento imobiliário (desenvolvimento de imóveis residenciais ou comerciais);
- c) Estejam remunerados pela variação da TR mais taxa de juros máxima de 12%a.a.

b. Debêntures a pagar

As principais características das debêntures a pagar emitidas pela Companhia e controladas podem ser assim demonstradas:

Os saldos das Debêntures a pagar da Companhia em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são assim demonstrados:

Controladora												
Debêntures	Tipo	Natureza	Emissão	Vencimento	Espécie	Condição de Remuneração	Valor Nominal	Títulos Emitidos	Títulos em Circulação	Forma de Amortização	Parcelas	Garantias
Corporativas												
1ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	02/07/2007	04/07/2020	Quirografária	120 % CDI	10	25.000	25.000	Anual	1	Sem Garantia
4ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	10/08/2010	04/07/2020	Real	120 % CDI	1.000	280	280	Trimestralmente	1	Quotas
7ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	15/03/2012	15/12/2018	Real	IPCA + 6,56% a.a.	1.000	140	140	Irregular	10	Quotas
9ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	08/06/2016	30/06/2019	Quirografária	120 % CDI	1.000	30.000	30.000	Única	1	Sem Garantia
10ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	01/07/2016	30/06/2019	Quirografária	120 % CDI	1.000	20.000	20.000	Única	1	Sem Garantia
11ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	05/08/2016	04/07/2020	Real	120 % CDI	1.000	565.000	565.000	Única	1	Quotas
Apoio Produção												
5ª emissão	Não Conversíveis	Pública	23/09/2010	01/03/2017	Real	TR + 9,34% a.a.	1.000	600	600	Semestral	1	Cessão/Alienação Fiduciária de Ações e Quotas

1 Devido ao não pagamento dos juros remuneratórios, ficou caracterizado o vencimento antecipado das Debêntures. A Companhia está em contato com os titulares das Debêntures com o objetivo de negociar uma solução consistente dentro do plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

	Controladora								Consolidado	
	Apoio à produção		Corporativo						Apoio à Produção	
	5ª		1ª	4ª	7ª	9ª	10ª	11ª		
	emissão	Subtotal	emissão	emissão	emissão	emissão	emissão	emissão	Subtotal	REP Total
a) Debêntures a Pagar										
Saldo em 31/12/2015	188.341	209.024	269.541	223.694	191.597	-	-	-	895.845	71.005 966.850
(+) Captação	-	-	-	-	-	32.000	20.000	561.924	613.924	- 613.924
(+) Atualização	17.641	18.104	44.499	38.422	30.728	2.609	1.389	36.439	172.190	2.682 174.872
(-) Pagamentos (Principal + Juros)	(65.118)	(86.264)	-	-	(10.683)	-	-	-	(98.936)	(2.685) (101.621)
(-) Venda de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.002) (71.002)
Saldo em 31/12/2016	140.864	140.864	314.040	262.116	211.642	34.609	21.389	598.363	1.583.023	- 1.583.023
(+) Captação	-	-	-	-	-	18.000	30.000	-	48.000	- 48.000
(+/-) Atualização	23.569	23.569	62.729	52.376	40.139	15.614	(7.654)	119.567	306.340	- 306.340
(-) Pagamentos (Principal + Juros)	(1.347)	(1.347)	-	-	-	-	-	-	(1.347)	- (1.347)
Saldo em 30/09/2017	163.086	163.086	376.769	314.492	251.781	68.223	43.735	717.930	1.936.016	- 1.936.016
Composição por ano de vencimento:										
2017	163.086	163.086	376.769	314.492	251.781	68.223	43.735	717.930	1.936.016	- 1.936.016
Saldo em 30/09/2017	163.086	163.086	376.769	314.492	251.781	68.223	43.735	717.930	1.936.016	- 1.936.016
	Controladora								Consolidado	
	Apoio à produção		Corporativo						Apoio à Produção	
	5ª		1ª	4ª	7ª	9ª	10ª	11ª		
	emissão	Subtotal	emissão	emissão	emissão	emissão	emissão	emissão	Subtotal	REP Total
b) Gastos com Emissão										
Saldo em 31/12/2015	(781)	(900)	(1.558)	(707)	(1.540)	-	-	-	(4.705)	(3.316) (8.021)
(-) Amortização dos Gastos	781	900	519	707	522	-	-	-	2.648	50 2.698
(-) Venda de participação ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.266 3.266
Saldo em 31/12/2016	-	-	(1.039)	-	(1.018)	-	-	-	(2.057)	- (2.057)
(-) Amortização dos Gastos	-	-	388	-	393	-	-	-	781	- 781
Saldo em 30/09/2017	-	-	(651)	-	(625)	-	-	-	(1.276)	- (1.276)
Saldo líquido em 30/09/2017	163.086	163.086	376.118	314.492	251.156	68.223	43.735	717.930	1.934.740	- 1.934.740
Parcela de:										
Parcela Circulante	163.086	163.086	376.118	314.492	251.156	68.223	43.735	717.930	1.934.740	- 1.934.740
Total	163.086	163.086	376.118	314.492	251.156	68.223	43.735	717.930	1.934.740	- 1.934.740
Saldo líquido em 31/12/2016	140.864	140.864	313.001	262.116	210.624	34.609	21.389	598.363	1.580.966	- 1.580.966
Parcela de:										
Parcela Circulante	140.864	140.864	313.001	262.116	210.624	-	21.389	598.363	1.546.357	- 1.546.357
Parcela Não Circulante	-	-	-	-	-	34.609	-	-	34.609	- 34.609
Total	140.864	140.864	313.001	262.116	210.624	34.609	21.389	598.363	1.580.966	- 1.580.966

* Possuem as mesmas condições de contratação do SFH:

- a) Tenham origem de linhas de crédito criadas junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou Poupança;
b) Sejam destinados para o financiamento imobiliário (desenvolvimento de imóveis residenciais ou comerciais);
c) Estejam remunerados pela variação da TR mais taxa de juros máxima de 12%a.a.

c. Cláusulas Contratuais Restritivas (“Covenants”) de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Empréstimos, SFH, Debêntures e CCBs, com Covenants normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas à restrição de Recuperação judicial do Grupo e ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e de outros itens.

Essas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam de forma exclusiva a capacidade de condução do curso normal das operações da Companhia.

As CCBs e as Debêntures a Pagar possuem cláusulas contratuais restritivas que sobre as quais são

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

calculados os indicadores abaixo, determinados com base nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia e todos computados para a data base de 30 de setembro de 2017:

- Índices de EBIT Ajustado (Earning Before Interest and Taxes).
- Índices para Níveis máximos de endividamento.
- Índices para Níveis mínimos de liquidez.
- Cláusulas Contratuais Restritivas (*Covenants*).

A Companhia ultrapassou os limites estabelecidos para o índice de EBIT Ajustado, máximos de endividamento e mínimos de liquidez, assim como outros índices não financeiros relacionados à existência de processos judiciais, contratos ainda não renegociados ou vinculados, títulos protestados, e outros, em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

O pedido de recuperação judicial, apresentado neste trimestre pelo Grupo (PDG), também fez com que todas as dívidas que possuem este *Covenants*, de restrição à recuperação judicial, apresentassem vencimento antecipado.

O CPC 26 determina que quando a entidade quebrar um acordo contratual (covenant) de um empréstimo de longo prazo ao término, ou antes, do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do covenant. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data.

Desta forma, a Companhia efetuou a reclassificação, para o passivo circulante destas dívidas, assim como as dívidas vinculadas ao vencimento antecipado destas.

13 Obrigações por aquisição de imóveis

Referem-se a compromissos assumidos na compra de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Numerários - lançados	-	-	39.335	28.719
Numerários - a lançar	-	-	21.689	28.429
Vinculados a VGV - lançados	1.607	1.501	27.700	42.269
Vinculados a VGV - a lançar	-	3.016	44.199	21.109
Total	1.607	4.517	132.923	120.526
Parcela circulante	1.607	4.517	72.265	85.825
Parcela não circulante	-	-	60.658	34.701
Total	1.607	4.517	132.923	120.526

As permutas financeiras têm por base os compromissos assumidos na compra de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários, sua liquidação com o permutante do terreno ocorre concomitantemente com a liquidação financeira por parte dos clientes das unidades imobiliárias comercializadas e mediante a transferência dos recursos financeiros, conforme previsto no contrato.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
 Informações Trimestrais em
 30 de setembro de 2017

As obrigações são, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) ou pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e juros que variam entre 6% e 12% ao ano.

Os valores de obrigações de aquisições de imóveis da parcela não circulante têm a seguinte composição por vencimento:

Ano	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
2018	2.932	7.634
2019	7.095	5.032
2020	2.641	4.858
2021	1.808	4.090
2022 em diante	46.182	13.087
Total	60.658	34.701

14 Obrigações tributárias

A Instrução Normativa SRF nº 84/1979 (Atividade de Incorporação e Venda de Imóveis) permite que, para fins fiscais, a Companhia realize o pagamento do imposto à proporção do recebimento das vendas contratadas. Como resultado, é contabilizado o ativo ou o passivo de imposto diferido a recolher com base na diferença entre o lucro reconhecido nas Informações Trimestrais e o imposto corrente (“pagável”), de acordo com o regime de caixa.

Não houve modificação nos regimes de tributação (Lucro real, presumido e RET) utilizados pelo Grupo (PDG), descritos na Nota explicativa nº 2.8.b, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Considerando o atual contexto das operações da Controladora, que se constitui, substancialmente, na participação em outras sociedades, não foram constituídos créditos tributários sobre a totalidade do saldo acumulado de prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social sobre o lucro, assim como sobre o saldo de despesas não dedutíveis temporariamente na determinação do lucro tributável.

Em 30 de setembro de 2017, o saldo de prejuízos fiscais de IR e de base negativa de CSLL acumulados da Companhia é de R\$ 3.342.613 (31 de dezembro de 2016: R\$ 3.455.513).

a. Tributos parcelados

A Companhia e sua controlada Vitelius Incorporadora Ltda., aderiram ao Programa de Regularização Tributária (“PRT”), instituído pela Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, regularizando débitos federais que estavam sendo discutidos no âmbito administrativo e judicial com a Fazenda Nacional. A modalidade de pagamento utilizada consistiu no pagamento em espécie de 24% (vinte e quatro por cento) da dívida em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

Em 29 de setembro de 2017, foi divulgada a Medida Provisória nº 804 que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) e revogou a Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017. Com a nova Medida Provisória o contribuinte teve a opção de manter-se, conforme opções contidas na Medida Provisória nº 783, no PRT ou transferir sua regularização para o PERT.

O programa PERT possibilita, entre outras opções, a utilização do pagamento em espécie de 7,5% (sete e meio por cento) da dívida em 5 prestações, mensais e sucessivas, de agosto a dezembro de 2017, além do saldo da dívida poder ser deduzido em 50% para multa e 90% para os juros; o saldo remanescente pode ser liquidado com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. A Companhia avaliou as mudanças trazidas pelo PERT e efetivou, para maioria de suas controladas e coligadas, a

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

migração para o novo programa, utilizando-se da opção de pagamento descrita anteriormente.

A utilização de crédito fiscal decorrente de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL possibilitou ao Grupo (PDG), o registro de crédito no resultado do período, no montante de R\$ 232.142, na rubrica de resultado “Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro – Diferido” e, na rubrica de despesas financeiras, o crédito de R\$ 70.783 referente à redução de multas e juros.

A Companhia e suas investidas acumulam parcelamentos de tributos federais e municipais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, nos montantes:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Programa de Regularização Tributária (PRT/PERT):				
- IRPJ e CSL	5.278	-	20.472	-
- PIS e COFINS	-	-	7.395	-
- Previdenciário	-	-	599	-
Parcelamento ordinário:				
- IRPJ e CSLL	-	284	401	14.435
- PIS e COFINS	-	-	391	12.705
- ISS	-	-	1.082	1.725
Total	5.278	284	30.340	28.865
Parcela Circulante	3.812	284	27.851	4.198
Parcela Não Circulante	1.466	-	2.489	24.667
Total	5.278	284	30.340	28.865

i. Movimentação dos tributos parcelados

As movimentações dos impostos parcelados podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Parcelamentos realizados				
Saldo inicial	284	284	28.865	29.714
(+/-) Ajuste aos saldos iniciais	(283)	-	(1.177)	-
(-) Migração do parcelamento Ordinário para o PRT	-	-	(25.909)	-
(+) Novos parcelamentos:				
. Programa de Regularização Tributária (PRT/PERT) ¹	29.322	-	339.914	-
. Parcelamento Ordinário	-	-	1.049	3.577
(+) Atualização (Selic)	39	-	1.545	5.105
(-) Pagamentos	(1.799)	-	(11.022)	(9.531)
Saldos parcelados	27.563	284	333.265	28.865
(-) Pagamento com Prejuízo Fiscal ²	(22.285)	-	(232.142)	-
(-) Redução Multa/Juros	-	-	(70.783)	-
Saldos à pagar	5.278	284	30.340	28.865

¹ A exclusão da adesão ao parcelamento ocorrerá na falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou 6 (seis) alternadas para as empresas que estão no PRT e para as empresas que estão no PERT, as parcelas devem ser pagas até Dez/17. Na hipótese de exclusão do PRT/PERT será apurado o saldo devedor deduzindo os valores pagos em espécie, com acréscimos legais até a data da rescisão.

² Quitação sujeita à homologação da Receita Federal do Brasil

b. Ativos e passivos fiscais diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
 Informações Trimestrais em
 30 de setembro de 2017

entre a base fiscal, que determina a tributação pelo regime de caixa, (Instrução Normativa SRF nº 84/1979) e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, Nota Explicativa nº 2.8b, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

i. Composição dos Ativos fiscais diferidos

Tributo	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL	5.921	4.152
PIS e COFINS	8.691	6.062
Total	14.612	10.214

ii. Composição dos Passivos fiscais correntes com recolhimento diferido

Tributo	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
IRPJ	-	-	26.241	25.733
CSLL	-	-	12.611	11.240
IR e CS	-	-	38.852	36.973
PIS e COFINS	1.155	543	39.846	53.429
Total	1.155	543	78.698	90.402
Parcela Circulante	1.155	543	30.002	45.483
Parcela Não Circulante	-	-	48.696	44.919
Total	1.155	543	78.698	90.402

c. Despesas com imposto de renda e contribuição social

A maioria das SPEs é optante pelo regime de tributação do Lucro Presumido ou RET, no qual a base tributária é a receita de vendas dos empreendimentos, portanto, independentemente do resultado, existe uma tributação a alíquotas médias de 3,08% e 1,92%, respectivamente, sobre a receita de venda.

As despesas consolidadas de imposto de renda e contribuição social se resumem como segue:

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

	30/09/2017		30/09/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base societária para apuração dos impostos:				
Receita de Venda Imobiliária	284.286	284.286	205.962	205.962
(-) Receita de venda Imobiliária lucro real	(5.435)	(5.435)	(92.588)	(92.588)
(-) Receita de venda Imobiliária pelo RET	(93.544)	(93.544)	66.490	66.490
Receita de vendas Imobiliária pelo lucro presumido	185.307	185.307	179.864	179.864
Outras receitas - incorporação imobiliária	11.031	11.031	37.145	37.145
(+/-) Outras receitas - incorporação imobiliária lucro real	(4.499)	(4.499)	11.011	11.011
(+/-) Outras receitas - incorporação imobiliária RET	(5.559)	(5.559)	(35.303)	(35.303)
Outras receitas - incorporação imobiliária lucro presumido	21.089	21.089	12.853	12.853
Lucro Presumido Incorporação Imobiliário - IRPJ 8% - CSLL 12%	16.512	24.768	15.417	23.126
Receitas Aluguéis/Serviços lucro real	2.657	2.657	13.855	13.855
Receitas Aluguéis/Serviços lucro presumido	76	76	372	372
Lucro Presumido Serviços/Aluguéis - IRPJ - CSLL 32%	24	24	119	119
Lucro Presumido (Incorporação + Serviços)	16.536	24.792	15.536	23.245
(+) Receitas Financeiras - Lucro presumido	38.161	38.161	48.287	48.287
(-) Receitas Financeiras - Lucro Real	(22.263)	(22.263)	(2.395)	(2.395)
(+) Outras receitas - Lucro presumido	13.245	13.245	2.302	2.302
(-) Outras Receitas - Lucro Real	(928)	(928)	(6.571)	(6.571)
Base Lucro Presumido	67.942	76.198	66.125	73.834
(-) Despesa consolidada Lucro Presumido - IRPJ / CSLL	(16.986)	(6.858)	(16.531)	(6.645)
(+) IRPJ Diferido Diferenças temporárias - Lucro Real	2.349	846	(8.125)	(2.925)
(-) Despesa consolidada - RET	(1.249)	(654)	393	206
(+) Constituição de IRPJ e CSLL diferido (PRT)	170.693	61.449	-	-
Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido + Real	154.807	54.783	(24.263)	(9.364)
(+) Outros	4.980	(2.010)	(751)	(2.581)
Receita (despesa) no Resultado	159.787	52.773	(25.014)	(11.945)
Composição do resultado				
Corrente	(11.476)	(8.354)	(43.143)	(21.536)
Diferida	171.263	61.127	18.129	9.591
Despesa no Resultado	159.787	52.773	(25.014)	(11.945)
Impostos (IR + CS)				
Corrente	(19.830)		(64.679)	
Diferida	232.390		27.720	
	212.560		(36.959)	

15 Operações com Projetos imobiliários em desenvolvimento e Adiantamentos de clientes

Referem-se aos resultados a serem apropriados decorrentes de vendas contratadas de empreendimentos em construção que ainda não estão refletidos nas Informações Trimestrais. Os valores estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
(i) Receita de Vendas a apropriar de unidades vendidas		
Receita de vendas contratadas	1.342.475	1.792.627
Receita de vendas apropriadas	(859.502)	(1.102.244)
Receita de vendas a apropriar (a)	482.973	690.383
(ii) Custos orçados a apropriar de unidades vendidas		
Custo orçado das unidades	(1.832.256)	(2.027.232)
Custo incorrido das unidades	1.460.343	1.523.345
Custo orçado a apropriar (b)	(371.913)	(503.887)
(iii) Resultado a apropriar de unidades vendidas		
Receita de vendas a apropriar (a)	482.973	690.383
Custo orçado a apropriar (b)	(371.913)	(503.887)
Resultado bruto a apropriar	111.060	186.496
(-) Projeção de impostos e AVP	(12.409)	(21.570)
Resultado líquido a apropriar	98.651	164.926
(iv) Custos orçados a apropriar de unidades em estoque		
Custo orçado das unidades	(780.374)	(759.650)
Custo incorrido das unidades	416.728	403.108
Custo orçado a apropriar	(363.646)	(356.542)

Os valores dos resultados a apropriar têm a seguinte composição por vencimento, do valor contratual de unidades vendidas:

Ano	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
2017	26.700	93.707
2018 em diante	71.951	71.219
Total	98.651	164.926

O resultado das operações imobiliárias realizadas é apropriado com base na prática contábil apresentadas na Nota Explicativa nº 2.10, apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Assim sendo, o saldo de contas a receber das unidades comercializadas ainda não concluídas está refletido parcialmente nas informações trimestrais em 30 de setembro de 2017, uma vez que o seu registro contábil reflete a receita reconhecida, líquida das parcelas já recebidas.

O montante classificado na rubrica “Adiantamento de clientes”, no passivo circulante e não circulante é assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Permuta física - lançados	-	-	120.296	105.959
Permuta física - a lançar	-	-	39.086	43.430
Recebimento de clientes	34	34	56.042	111.907
Total	34	34	215.424	261.296
Parcela circulante	34	34	133.034	188.928
Parcela não circulante	-	-	82.390	72.368
Total	34	34	215.424	261.296

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
 Informações Trimestrais em
 30 de setembro de 2017

16 Provisões**a. Provisão para contingências**

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais perante tribunais e órgãos governamentais de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, decorrentes do curso normal de seus negócios. A provisão para contingências da Companhia é majoritariamente formada por essas controladas.

A citada provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e estão registradas na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir perdas prováveis com processos judiciais e diferenças na apuração de impostos, conforme apresentado a seguir:

Natureza – Perda Provável	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Trabalhistas	29.319	25.967	108.762	98.867
Tributárias	407	26.520	8.366	27.010
Cíveis	23.818	22.736	1.024.517	931.303
Total	53.544	75.223	1.141.645	1.057.180
Parcela circulante	15.705	32.736	349.021	336.757
Parcela não circulante	37.839	42.487	792.624	720.423
Total	53.544	75.223	1.141.645	1.057.180

A seguir, a abertura da movimentação das provisões para contingências da Companhia e suas controladas:

	Controladora			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	374	42	8.782	9.198
Adições	36.978	27.231	94.593	158.802
Reversões	(11.385)	(753)	(80.639)	(92.777)
Saldo em 31/12/2016	25.967	26.520	22.736	75.223
Adições	6.042	56	5.617	11.715
Reversões	(2.690)	(26.169)	(4.535)	(33.394)
Saldo em 30/09/2017	29.319	407	23.818	53.544

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	87.026	16.502	366.834	470.362
Adições	78.859	30.092	974.191	1.083.142
Reversões	(67.018)	(19.584)	(409.722)	(496.324)
Saldo em 31/12/2016	98.867	27.010	931.303	1.057.180
Adições	20.919	5.834	234.345	261.098
Reversões	(11.024)	(24.478)	(141.131)	(176.633)
Saldo em 30/09/2017	108.762	8.366	1.024.517	1.141.645

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

As causas com chance de perdas consideradas “possíveis” pelos assessores jurídicos da Companhia são compostas por:

Natureza – Perda Possível	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Trabalhistas	75.156	64.007	272.902	179.558
Tributárias	178.862	12.777	293.378	104.257
Cíveis	19.005	4.300	279.776	235.014
Total	273.023	81.084	846.056	518.829

As causas cíveis compreendem majoritariamente discussões relacionadas aos consumidores, envolvendo principalmente multas no atraso em entrega dos empreendimentos imobiliários, rescisões contratuais, questionamentos sobre índices de correção, bem como consertos de vícios de construção.

As causas de natureza trabalhista compreendem majoritariamente reclamações trabalhistas de ex-funcionários de empresas terceirizadas e, num percentual menor, reclamações trabalhistas de ex-funcionários da Companhia. Estas demandas requerem, sobretudo, verbas trabalhistas de horas extras, insalubridade, periculosidade, etc. e recolhimento dos encargos sociais.

As causas tributárias contemplam defesa da Companhia ao auto de infração, no montante de R\$ 158.752, referente à IOF supostamente incidentes sobre recursos movimentados entre a Companhia e suas investidas, a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, no ano de 2012.

Em janeiro de 2017, a Companhia tomou ciência de auto de infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil, no qual consta a cobrança de R\$ 3.629.203, referente a tributos (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS, além de juros e multa) supostamente incidentes sobre recursos creditados nas contas correntes bancárias da Companhia no ano calendário de 2012. A Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os recursos creditados questionados pela autoridade fiscal – que incluíam, dentre outros, recursos captados pela Companhia em aumento de capital e emissão de outros valores mobiliários – não eram sujeitos à incidência de referidos tributos. A PDG salienta que, na opinião dos advogados da Companhia, o risco de perda decorrente do referido procedimento fiscal é considerado como remoto.

b. Provisão para garantias

Adicionalmente, ao já exposto pela Companhia, segue o montante de provisão para garantia, a qual foi registrada, de acordo com a prática contábil apresentada na Nota Explicativa nº. 2.8.a.

Provisão para Garantia ¹	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Parcela circulante	104	98	52.590	51.828
Parcela não circulante	515	447	39.300	50.890
Total provisão	619	545	91.890	102.718

(1) Estão registradas na rubrica outras provisões no passivo da Companhia e suas controladas

17 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social da Companhia está representado em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, por 49.192.557 (quarenta e nove milhões, cento e noventa e duas mil, quinhentos e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, no valor total de R\$ 4.970.080.

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

A composição do capital social da Companhia, entre 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2015, é apresentada, da seguinte forma:

	Quantidade de ações ON	Capital Social	
		Subscrito	Despesas de captação
Saldo em 31/12/2016	49.192.557	4.970.080	(52.237)
Saldo em 30/09/2017	49.192.557	4.970.080	(52.237)
			4.917.843

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração ("CA"), em emissões que somem, excluídos os aumentos deliberados em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE"), até o limite de 30.700.000 (trinta milhões e setecentos mil) de ações ordinárias. O referido limite considera todos os aumentos de capital realizados dentro do capital autorizado da Companhia, desde a constituição da Companhia, incluindo todos os aumentos de capital deliberados pelo CA. A deliberação do CA que aprovar tais emissões de ações fixará as condições da emissão, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, o preço, a forma e as condições de integralização.

Até 30 de setembro de 2017, o total de ações emitidas pelo CA era de 13.421.622 (treze milhões, quatrocentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte e duas) ações ordinárias.

b. Prejuízo por ação

A seguir estão reconciliados os prejuízos e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído da controladora e do consolidado.

	30/09/2017	30/09/2016
Prejuízo por ação básico		
Prejuízo do período disponível para as ações ordinárias	(1.107.294)	(2.868.026)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	49.192	49.192
Prejuízo por ação (em R\$) – básico	(22,50964)	(58,30269)
Prejuízo por ação diluído		
Prejuízo do período disponível para as ações ordinárias	(1.107.294)	(2.868.026)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	49.192	49.192
Prejuízo por ação (em R\$) – diluído	(22,50964)	(58,30269)

O potencial incremento de ações ordinárias em virtude do aumento de capital por conversão de debêntures ou *stock options* não foi considerado face existência de prejuízo no exercício.

18 Instrumentos financeiros**a. Análise dos instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas são aqueles registrados nas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Empréstimos e financiamentos", "Cédulas de Crédito Bancário" e "Debêntures a pagar", usados para financiar os empreendimentos em construção, e para capital de giro, todas em condições normais de mercado. Esses instrumentos estão todos reconhecidos pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2.4.

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Em relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito.

Em 30 de setembro de 2017, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A categoria dos instrumentos financeiros é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado		Classificação
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4.317	5.931	160.994	200.973	Valor justo por resultado
Aplicações financeiras	2.347	-	64.406	-	Valor justo por resultado
Contas a receber	26.869	24.761	1.477.713	2.022.665	Recebíveis e empréstimos
Mútuos a receber	3.153	2.723	26.436	24.564	Recebíveis e empréstimos
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	-	12.530	72.262	60.165	Recebíveis e empréstimos
Total dos ativos financeiros	36.686	45.945	1.801.811	2.308.367	
Passivos financeiros					
Fornecedores	23.646	22.952	290.238	251.319	Passivos financeiros
Contas a pagar por aquisição de imóveis	1.607	4.517	132.923	120.526	Passivos financeiros
Debêntures a pagar	1.934.740	1.580.966	1.934.739	1.580.966	Passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	490.180	430.799	1.324.063	1.401.162	Passivos financeiros
Obrigação por emissão de CCB/CCI	2.226.116	2.041.970	2.496.793	2.312.584	Passivos financeiros
Coobrigação na cessão de recebíveis	-	-	16.106	24.411	Passivos financeiros
Mútuos a pagar	-	-	5.403	-	Passivos financeiros
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	142.536	116.549	164.243	137.413	Passivos financeiros
Outras obrigações	1.731.077	1.374.679	423.087	417.753	Passivos financeiros
Total dos passivos financeiros	6.549.902	5.572.432	6.787.595	6.246.134	

i. Valor justo dos ativos e passivos

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por aplicações financeiras e financiamentos, estão apresentados nas Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2017 e 2016 por valores que se aproximam ao valor de mercado, considerando operações similares.

b. Considerações sobre riscos em instrumentos financeiros**Risco de taxas de juros**

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, sendo, substancialmente: às variações da taxa CDI que remunera suas Aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário e com Compromissos de Recompra Lastreadas em Debêntures contratadas em Reais (R\$); e aos juros sobre os Mútuos a receber contratados a IGPM + 12% a 18% a.a. e CDI + 2% a 3% a.a. A Companhia também está exposta a juros sobre empréstimos bancários contratados entre CDI + 1,35% a.a. e 5,83% a.a. e TR + 11,02% a.a., empréstimos contratados com o Sistema Nacional de Habitação (SNH) entre TR + 8,3% a.a. e 12% a.a. e juros sobre as Debêntures emitidas a CDI + 0,9% a.a. e TR + 8,75% a.a.

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017**Análise de sensibilidade**

Conforme requerido pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a mesma esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

A maior parte dos custos e toda a carteira de recebimentos de projetos não finalizados da Companhia são atualizadas pelo índice INCC.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigentes em 30 de setembro de 2017 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculados cenários com deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco CDI sobre saldo em 30/09/2017	Cenário Provável		
		I	II	III
Certificado de depósito bancário	73.715	11%	8%	6%
Receita projetada		8.204	5.897	4.423
Operações compromissadas e de liquidez imediata	31.934	11%	8%	6%
Receita projetada		3.554	2.555	1.916
Receita projetada total		11.758	8.452	6.339

Considerando a situação atual e eminente alteração das condições e valores das dívidas do Grupo (PDG), devido o pedido e plano de recuperação judicial, em fase de aprovação por parte dos credores, a Companhia não elaborou o estudo de sensibilidade sobre os indexadores atuais das dívidas ao qual a Companhia está exposta, na data-base de 30 de setembro de 2017.

Gestão de capital

A gestão de capital é realizada para a manutenção de recursos em caixa compatíveis com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

A Companhia administra o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida, menos dívidas para o apoio à produção, dividida pelo patrimônio consolidado. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e os financiamentos, exceto aqueles destinados ao financiamento/apoio à produção, concedidos nas condições do SFH, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra o total do patrimônio consolidado da Companhia, assim como as dívidas contratadas no período findo em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, exemplificando sua estrutura de capital próprio e obtida junto a terceiros:

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

	30/09/2017	31/12/2016
Dívida bruta		
. Dívida Sistema Financeiro da Habitação - SFH	830.776	970.394
. Outras dívidas corporativas	493.510	430.768
Total de empréstimos e financiamentos	1.324.286	1.401.162
Debêntures a pagar	1.936.016	1.580.966
Cédulas de crédito bancário (CCBs) e coobrigações	2.512.899	2.336.995
Total da dívida bruta	5.773.201	5.319.123
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(225.400)	(200.973)
Dívida líquida	5.547.801	5.118.150
(-) Dívida de SFH	(830.776)	(970.394)
(-) Dívida de CCB - Apoio à produção *	(653.243)	(586.770)
(-) Dívida de Debêntures a pagar - Apoio à produção *	(163.086)	(140.864)
Dívida líquida menos dívida com apoio à produção	3.900.696	3.420.122
Total do patrimônio líquido (PL) consolidado	(4.486.341)	(3.414.502)
Dívida (sem SFH e Apoio à produção) / PL	-86,9%	-100,2%

*Possuem as mesmas condições de contratação do SFH:

- a) Tenham origem de linhas de crédito criadas junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou Poupança
- b) Sejam destinados para o financiamento imobiliário (desenvolvimento de imóveis residenciais ou comerciais);
- c) Estejam remunerados pela variação da TR mais taxa de juros máxima de 12%a.a.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando planejamento de fluxo de caixa e revisando mensalmente suas projeções de acordo com os fluxos realizados buscando sempre aumentar a assertividade e revalidação dos fluxos. Damos prioridade a utilização dos recursos advindos do financiamento a produção no âmbito do SBPE e do SFH que permitem um melhor casamento entre os prazos de ativos e passivos onde os recursos originados da transferência do repasse da carteira para os bancos é utilizado pelos mesmos na amortização dessa dívida.

Adicionalmente temos dívidas corporativas emitidas na forma de Debêntures, CCBs e CRI's, primordialmente detidas pelos maiores bancos do país, com participação irrelevante de canais de distribuição em mercados de capitais.

Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos corporativos ou de apoio à produção, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

Risco cambial

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não possuía dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

Risco de crédito

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que pode levar a um prejuízo financeiro.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em Bancos, Aplicações financeiras substancialmente em títulos públicos e Contas a receber de clientes.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, o Grupo (PDG) adota uma administração conservadora ao realizar aplicações com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, considerando-se as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e existe a garantia real dos imóveis correspondentes.

19 Gerenciamento de risco de negócio

A Companhia voltará a aplicar sua política de gerenciamento de risco de negócio à medida que seu plano de recuperação judicial seja aprovado e implementado.

A política de gerenciamento de risco de negócio da Companhia é assim descrita:

a. Implementação do sistema de controle de risco

Para conseguir administrar de forma eficiente o sistema de controle de risco, a Companhia exerce o controle operacional de todos os empreendimentos do seu portfólio, que possibilita, por exemplo, acelerar as vendas das unidades para reduzir a sua exposição de risco em relação a determinados empreendimentos.

Tal aceleração ocorre geralmente mediante a redução do preço de venda, alterações nos veículos de mídia empregados, etc.

b. Sistema de controle de risco

O sistema de controle de risco abrange a análise individual do risco de cada empreendimento e a análise do risco de portfólio de investimentos. São calculadas as perdas potenciais em um cenário de *stress* para cada empreendimento individual e para o portfólio como um todo, bem como a exposição máxima de caixa exigida pelo portfólio.

c. Controle do risco de perdas

O risco de um novo empreendimento da Companhia é calculado considerando-se o quanto se pode perder caso, em condições-limite, decida liquidar este investimento. Para tanto, é estabelecido um preço de liquidação, o qual é possível de ser estimado somente em mercados cuja formação de preço é consistente, sendo tal consistência definida como a sensibilidade da demanda a variações de preço. A perda máxima esperada em cada projeto é calculada, e é destacada uma parcela de capital próprio para suportar este risco.

O risco total da Companhia é representado pelo somatório dos riscos individuais de cada projeto. Após o lançamento, o risco do empreendimento é reduzido na proporção da venda das unidades. A Companhia busca o máximo de eficiência para o seu capital, e acredita que tal eficiência é alcançada quando o somatório dos riscos dos projetos individuais é próximo ao total do seu capital disponível.

d. Controle da exposição máxima de caixa

O sistema de controle de risco monitora a necessidade futura de caixa para executar os empreendimentos programados no portfólio da Companhia, baseando-se em estudo de viabilidade econômica de cada empreendimento, bem como na necessidade de fluxos de caixa individuais em relação ao fluxo de caixa projetado do portfólio como um todo. A projeção de fluxo de caixa auxilia na definição de estratégia de financiamento e na tomada de decisões em relação a quais empreendimentos serão incluídos em seu portfólio.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
 Informações Trimestrais em
 30 de setembro de 2017

e. Atuação em mercado com liquidez

Por meio do conhecimento de mercado e com a ajuda de seus parceiros, a Companhia consegue determinar a necessidade de novos empreendimentos em diferentes regiões, bem como a faixa de renda dos potenciais compradores a serem atendidos. Concentra os projetos de acordo com a liquidez de cada localidade geográfica, ou seja, o potencial que cada região apresenta em absorver determinada quantidade de imóveis e de responder às variações de preço.

A Companhia não pretende atuar em mercados em que não existam dados disponíveis nem onde não existam parceiros que detenham conhecimentos específicos sobre esses mercados. Deste modo, acredita reduzir o risco de seus investimentos, por atuar em regiões líquidas, com dados de mercado conhecidos e por se associar a parceiros locais.

f. Riscos operacionais

O gerenciamento de riscos operacionais visa ao acompanhamento: (i) do contrato de construção, em relação ao custo máximo de obra garantido; (ii) de obras, em que a Companhia contrata empresas especializadas para fiscalizar os serviços prestados pelas construtoras contratadas (qualidade e o cronograma físico-financeiro da obra); (iii) das auditorias financeira e contábil, realizadas pelas principais empresas independentes de auditoria; (iv) de documentação e riscos jurídicos; e (v) do risco de crédito dos adquirentes de unidades mediante a gestão ativa dos recebíveis dos empreendimentos.

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor, e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que possui um programa de gerenciamento adequado com seus objetivos de delimitação de riscos e busca constantemente, no mercado, coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

A cobertura dos seguros, em valores de 30 de setembro de 2017, está demonstrada a seguir:

Itens	Tipo de cobertura	Importância Segurada
Seguro de construção (Risco de Engenharia e de Responsabilidade Civil)	Danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da execução da obra, instalações e montagens no local objeto do seguro; cobertura de danos indiretos causados por possíveis erros de projeto; e despesas extraordinárias como desentulho, tumultos, greves etc.	767.596
Seguro garantia de entrega do imóvel	Garante a entrega da obra aos promitentes compradores	1.516
Empresarial	Danos materiais causados por danos elétricos, incêndio, vendaval, tumulto e assegura a perda do aluguel	17.246
D&O	Responsabilidade civil dos Administradores	100.000
		886.358

21 Pagamento baseado em ações**a. Plano de incentivo de longo prazo**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de outubro de 2015, aprovamos o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, na Modalidade de Opção de Compra de Ações, tendo como objetivos:

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

- i. estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;
- ii. alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e
- iii. possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis.

Os beneficiários elegíveis da modalidade de opção de compra de ações são os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração ("CA") da Companhia.

O CA da Companhia, quando julgar conveniente, aprovará a outorga de opções, elegendo os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do plano, fixando o preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções.

Essas opções poderão ser exercidas na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e seu aniversário.

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das opções, que será de 6 (seis) anos a partir da data de outorga.

O total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do plano não excederá 8% (oito por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (incluindo as ações emitidas em decorrência do exercício de opções com base neste plano), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

O preço de exercício a ser pago pelos titulares por opção, terá dedução a título de dividendos e juros sobre capital próprio por ação paga pela Companhia entre a data de outorga e a data de exercício da opção. O valor justo das opções de compra de ações é apresentado utilizando modelo de precificação de opções Black & Scholes, assumindo o pagamento de dividendos conforme premissas apresentadas no quadro abaixo.

Segue resumo das principais características das opções de compras de ações da Companhia, correspondente a este plano, em 30 de setembro de 2017:

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

Características das emissões:	ILP - Outorgas realizadas		
	1º emissão	2º emissão	3º emissão
Data da outorga	19/12/2013	19/12/2014	04/11/2015
Prazo final de exercício	19/12/2018	19/12/2019	04/11/2018
Opções de outorgas emitidas ¹	1.874.639	484.130	2.589.082
Opções canceladas até 30/09/2017:	(1.823.678)	(395.312)	(863.027)
Preço de exercício ²	91,00	53,00	2,48
Dividendos	7,4%	6,5%	0,0%
Volatilidade	29,9%	25,1%	24,2%
Taxa de juros livre de risco	11,6%	12,7%	13,8%
Maturidade (anos)	5	5	3
% de exercício das opções:			
. No 1º aniversário da outorga	-	-	33%
. No 2º aniversário da outorga	20%	20%	33%
. No 3º aniversário da outorga	20%	20%	33%
. No 4º aniversário da outorga	30%	30%	-
. No 5º aniversário da outorga	30%	30%	-
¹ Opções de outorgas emitidas:			
antes do grupamento de 08/10/2015:	93.731.953	24.206.480	-
saldo grupado 50 ações para 1:	1.874.639	484.130	2.589.082
antes do grupamento de 08/10/2015:	1,82	1,06	-
² Equivalente no grupamento 50x1	91,00	53,00	2,48

Segue a movimentação das opções de compras de ações da Companhia e percentual de diluição, dos atuais beneficiários, em caso de exercício integral das opções outorgadas:

	ILP - Saldo das outorgas emitidas				Total ações em circulação	% Diluição apurado ¹
	1º emissão	2º emissão	3º emissão	Totais		
Saldo a exercer em 31/12/2015	425.889	305.038	2.589.082	3.320.009	49.192.557	6,75 %
Canceladas	(83.722)	(62.609)	-	(146.331)		
Saldo a exercer em 31/12/2016	342.167	242.429	2.589.082	3.173.678	49.192.557	6,45 %
Canceladas	(291.206)	(153.611)	(863.027)	(1.307.844)		
Saldo a exercer em 30/09/2017	50.961	88.818	1.726.055	1.865.834	49.192.557	3,79 %

¹ Número de outorgas de ações a exercer + ações em circulação sobre total de ações em circulação

Até a liquidação do plano em 2019, o valor total da despesa com opções de compra de ações, considerando os cancelamentos ocorridos por saída dos colaboradores, será de R\$ 14.452 (31 de dezembro de 2016: R\$ 16.075), calculado pelo método “Black & Scholes”, levando em consideração o período de exercício, volatilidade baseada no histórico das ações da Companhia, taxa livre de risco e taxa de dividendos propostos.

Conforme determinado pelo CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM n 564/08, o prêmio dessas opções foi calculado na data da outorga das mesmas e está sendo reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência e à medida que os serviços são prestados.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2017 foi apropriado e acumulado despesa, no resultado da Companhia, no montante de R\$ 37 (30 de setembro de 2016: R\$ 1.090).

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

Os saldos reconhecidos no resultado da Companhia são assim demonstrados:

ILP - Total das despesas com emissões de outorga de ações				
Ano	Vr. bruto	Apropriado	A apropriar	Residual
Ref. 1ª emissão:				
2013	38.772	(385)	-	38.387
2014	-	(11.172)	-	27.215
2015	(27.215) ¹	-	-	-
	11.557	(11.557)	-	
Ref. 2ª emissão:				
2014	4.352	(44)	-	4.308
2015	(853) ¹	(1.283)	-	2.172
2016	(718) ¹	(500)	-	954
2017	(954) ¹	-	-	-
	1.827	(1.827)	-	
Ref. 3ª emissão:				
2015	1.737	(148)	-	1.589
2016	-	(861)	-	728
2017	(579) ¹	(37)	(11)	101
2018	-	-	(101)	-
	1.158	(1.046)	(112)	
Saldo em 30/09/2017	14.542	(14.430)	(112)	-
Saldo em 31/12/2016	16.075	(14.393)	-	1.682

¹ Valor apurado no cancelamento das opções outorgadas por saída de colaboradores

22 Informações por segmento

A Companhia revisa a forma de avaliação de seus negócios e entende que suas unidades de negócio não significam segmentos diferentes, mas sim subdivisões do segmento imobiliário. Não apresentando desta forma informações por segmento.

23 Receita operacional líquida

Segue a abertura da receita operacional líquida da Companhia nos exercícios findos em 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016.

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
Vendas imobiliárias	205	2.746	4.609	18.756	93.430	658.405	351.705	1.242.293
(-) Distratos incorridos	239	(757)	(407)	(6.735)	(82.053)	(374.119)	(407.270)	(1.036.331)
Receita de vendas imobiliárias	444	1.989	4.202	12.021	11.377	284.286	(55.565)	205.962
Outras receitas operacionais	1	143	910	3.341	3.612	11.031	(1.323)	51.372
Receita bruta	445	2.132	5.112	15.362	14.989	295.317	(56.888)	257.334
(-) Deduções da receita	(188)	(1.035)	(491)	(2.287)	236	(3.879)	(27.366)	(81.969)
Receita operacional líquida	257	1.097	4.621	13.075	15.225	291.438	(84.254)	175.365

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

24 Custos das unidades vendidas

Segue a abertura dos custos dos imóveis vendidos da Companhia nos exercícios findos em 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016.

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
Custos das unidades vendidas	(4.657)	(9.050)	(2.298)	(11.484)	(99.663)	(518.764)	(572.596)	(1.265.525)
(-) Distratos incorridos	-	527	917	3.458	72.685	291.864	258.192	664.153
Custo de vendas imobiliárias	(4.657)	(8.523)	(1.381)	(8.026)	(26.978)	(226.900)	(314.404)	(601.372)
Encargos capitalizados (Nota 6)	(3)	(1.124)	(1.459)	(2.128)	(3.499)	(20.369)	(11.606)	(57.329)
Custo dos imóveis vendidos	(4.660)	(9.647)	(2.840)	(10.154)	(30.477)	(247.269)	(326.010)	(658.701)

25 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
Receitas financeiras								
Rendimento de aplicações financeiras	(3.757)	(2.661)	2.619	3.821	(8.318)	1.753	8.128	28.393
Varição monetária, juros e multas	1.446	4.577	4.883	9.642	16.248	16.773	18.800	56.870
Outras receitas financeiras	168	578	331	816	9.978	12.679	4.422	11.130
	(2.143)	2.494	7.833	14.279	17.908	31.205	31.350	96.393
Despesas financeiras								
Juros de empréstimos	(202.415)	(638.292)	(154.067)	(475.673)	(270.874)	(786.860)	(211.180)	(657.508)
Despesas bancárias	(4)	(11)	(7)	(25)	(209)	(754)	(489)	(2.163)
Outras despesas financeiras	(458)	(2.251)	(2.689)	(7.285)	55.693	22.978	(10.975)	(27.887)
Total de despesas financeiras	(202.877)	(640.554)	(156.763)	(482.983)	(215.390)	(764.636)	(222.644)	(687.558)
Juros capitalizados (Nota 6)	3	665	96	400	7.199	23.183	19.381	42.130
	(202.874)	(639.889)	(156.667)	(482.583)	(208.191)	(741.453)	(203.263)	(645.428)
Total do resultado financeiro	(205.017)	(637.395)	(148.834)	(468.304)	(190.283)	(710.248)	(171.913)	(549.035)

26 Despesas administrativas

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
Salários e encargos	988	(333)	(919)	(1.800)	(9.697)	(41.218)	(21.950)	(65.936)
Honorários da administração	(1.731)	(6.283)	(4.626)	(21.497)	(1.731)	(6.283)	(4.626)	(21.497)
Stock options	(12)	(37)	(455)	(990)	(12)	(37)	(455)	(990)
Participação nos resultados	(960)	(960)	-	-	(4)	(4)	(6.000)	(17.005)
Salários e encargos	(1.715)	(7.613)	(6.000)	(24.287)	(11.444)	(47.542)	(33.031)	(105.428)
Honorários advocatícios e despesas judiciais	(169)	(361)	(36)	(1.313)	(728)	(974)	(129)	(5.577)
Manutenção de informática	(1.521)	(6.099)	(2.283)	(5.955)	(1.729)	(9.321)	(2.891)	(8.142)
Consultoria	(12.389)	(35.332)	(3.337)	(6.217)	(12.593)	(36.326)	(4.278)	(9.585)
Outros serviços	(3)	(7)	-	-	(384)	(1.872)	(1.230)	(5.028)
Prestação de Serviços	(14.082)	(41.799)	(5.656)	(13.485)	(15.434)	(48.493)	(8.528)	(28.332)
Viagens	-	-	-	-	(276)	(1.223)	(798)	(1.898)
Telecomunicações e internet	(350)	(1.104)	(653)	(2.175)	(363)	(1.416)	(1.158)	(4.650)
Aluguel e reforma de imóveis	-	(2)	(5)	(73)	(976)	(3.037)	(2.942)	(11.168)
Outras despesas	(44)	(1.008)	(485)	(1.405)	(844)	(3.503)	(677)	(5.762)
Outras despesas administrativas	(394)	(2.114)	(1.143)	(3.653)	(2.459)	(9.179)	(5.575)	(23.478)
Total	(16.191)	(51.526)	(12.799)	(41.425)	(29.337)	(105.214)	(47.134)	(157.238)

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

27 Despesas de vendas

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
Propaganda, publicidade e demais	-	(9)	(242)	(1.360)	(1.918)	(8.901)	(19.985)	(56.177)
Comissões e premiações sobre vendas	-	(67)	(153)	(620)	(121)	(2.822)	(5.755)	(21.723)
Estande de vendas	-	-	(11)	(32)	(203)	(1.496)	(1.806)	(5.438)
Total	-	(76)	(406)	(2.012)	(2.242)	(13.219)	(27.546)	(83.338)

28 Outras despesas e receitas operacionais e ganhos e perdas de capital em participações societárias

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
Outras despesas/ receitas operacionais ¹								
Contas a receber de clientes								
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)		211	169	3	32	5.535	20.198	(106.063)
Provisão para contingências jurídicas								
. Adições e reversões	(4.833)	21.679	(73.274)	(71.453)	(43.571)	(84.467)	(148.429)	(252.019)
Estoque de imóveis a comercializar								
. Impairment e demais	-	-	-	-	-	(172.788)	(19.277)	(33.199)
Investimentos, cessão de incorporação e contas correntes	3.243	(4.606)	276	(169.488)	2.623	10.036	(444.674)	(681.732)
Intangível (Nota 9b)	-	(53.491)	-	-	-	(53.491)	-	-
Demais contas patrimoniais	(10.322)	(61.005)	(97.383)	(101.608)	(50.124)	(204.482)	(319.486)	(441.960)
Total outras despesas/ receitas operacionais	(11.701)	(97.254)	(170.378)	(342.517)	(85.537)	(484.994)	(1.037.929)	(1.514.973)
¹ Contas na demonstração de resultado:								
. Outras receitas operacionais	-	-	-	802	-	-	-	17.196
. Perdas em participações societárias	-	-	-	(127.767)	(5.993)	(29.957)	(71.061)	(214.087)
. Outras	(11.701)	(97.254)	(170.378)	(215.552)	(79.544)	(455.037)	(966.868)	(1.318.082)
	(11.701)	(97.254)	(170.378)	(342.517)	(85.537)	(484.994)	(1.037.929)	(1.514.973)

29 Auditores independentes

O Grupo PDG nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 308/1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período de cinco anos consecutivos, celebrou contrato de prestação de serviços de auditoria independente com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados à auditoria das suas Demonstrações Financeiras anuais e revisões das suas Informações Trimestrais a partir do exercício de 2017. Não há outros serviços prestados em 2017 pela ("EY") para Companhia.

30 Outras informações

A Companhia possui no seu estatuto social, no capítulo VIII e artigo 39, a definição quanto a conflitos comerciais, conforme segue:

Solução de controvérsias via arbitragem: a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional,

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2017

pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

31 Evento subsequente

A Companhia divulgou fato relevante, em 25 de outubro de 2017, informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi convocada, naquela data, Assembleia Geral de Credores (“Assembleia”), a ser realizada no Expo Center Norte, Pavilhão Amarelo, localizado na Avenida Otto Baumgart, 100, Vila Guilherme, CEP 02049-000, São Paulo, Estado de São Paulo, no dia 22.11.2017, às 14h, em primeira convocação, sendo o cadastramento dos credores das 7h às 12h, e, caso não haja quórum nesta ocasião, a ser realizada, em segunda convocação, no Expo Center Norte, Pavilhão Vermelho, localizado na Rua José Bernardo Pinto, 333, Vila Guilherme, CEP 02055-000, São Paulo, Estado de São Paulo, no dia 30.11.2017, às 14h, sendo o cadastramento dos credores das 7h às 12h.

A Assembleia convocada tem como objeto a deliberação pelos credores sobre a seguinte ordem do dia:

- a) apresentação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”);
- b) aprovação, rejeição ou modificação do Plano; e
- c) deliberação sobre outras questões de interesse do Grupo PDG e/ou dos credores, bem como a adoção de medidas necessárias à implementação do Plano.

Os interessados poderão obter cópia do Plano a ser submetido à deliberação da Assembleia nos autos do processo digital nº 1016422-34.2017.8.26.0100, disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (<http://www.tjsp.jus.br/>) e, ainda, no site de relações com investidores das Companhias (<http://ri.pdg.com.br/>) e no site da CVM (<http://cvm.gov.br>).



Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial							
Grupo e Pessoas Ligadas	(X) Conselho de Administração	() Diretoria		() Conselho Fiscal		() Órgãos Técnicos ou Consultivos	
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/Classe	Total			
Ações*	Ordinárias	0		0,00%		0,00%	
PDGR11*	Bônus de Subscrição	0		0,00%		0,00%	
Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R\$)	Volume (R\$)
Ações	Ordinárias						
				TOTAL	0		0,00
PDGR11	Bônus de Subscrição						
				TOTAL	0		0,00
Saldo Final							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/Classe	Total			
Ações*	Ordinárias	0		0,00%		0,00%	
PDGR11*	Bônus de Subscrição	0		0,00%		0,00%	

* Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.

Não houve compra ou venda valores mobiliários ou derivativos por Conselheiros de Administração da Companhia.

Eventuais diferenças na quantidade de ações (PDGR3) e Bônus de subscrição (PDGR11) entre os meses de agosto e setembro são referentes à: (i) saída do Sr. Rafael Salvador Grisolia do cargo de Presidente do Conselho de Administração, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 14 de Agosto de 2017, e (ii) assunção do Sr. Wladimir Rodney Palermo ao cargo de membro do Conselho de Administração, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 14 de Setembro de 2017.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Em 09/2017 não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que a Diretoria possui seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial							
Grupo e Pessoas Ligadas	() Conselho de Administração	(X) Diretoria		() Conselho Fiscal		() Órgãos Técnicos ou Consultivos	
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos		Quantidade		% de participação		
					Mesma Espécie/Classe	Total	
Ações*	Ordinárias		10		0,00%		0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição		0		0,00%		0,00%
Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R\$)	Volume (R\$)
Ações	Ordinárias						
				TOTAL	0		0,00
PDGR11	Bônus de Subscrição						
				TOTAL	0		0,00
Saldo Final							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)		Quantidade		% de participação		
					Mesma Espécie/Classe	Total	
Ações*	Ordinárias		10		0,00%		0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição		0		0,00%		0,00%

* Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.

Não houve compra ou venda valores mobiliários ou derivativos por Diretores da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Em 09/2017 não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que o Conselho Fiscal possui seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial							
Grupo e Pessoas Ligadas	() Conselho de Administração	() Diretoria		(X) Conselho Fiscal		() Órgãos Técnicos ou Consultivos	
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/Classe	Total			
Ações*	Ordinárias	0		0,00%			0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição	0		0,00%			0,00%
Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R\$)	Volume (R\$)
Ações	Ordinárias						
				TOTAL	0		0,00
PDGR11	Bônus de Subscrição						
				TOTAL	0		0,00
Saldo Final							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/Classe	Total			
Ações*	Ordinárias	0		0,00%			0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição	0		0,00%			0,00%

* Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.

Não houve compra ou venda valores mobiliários ou derivativos por Conselheiros Fiscais da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais – ITR, emitido com Abstenção de conclusão

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações – em recuperação judicial
São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações – em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem, o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC21(R1) – Demonstração Intermediária (“CPC21(R1)”) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC21(R1) e a IAS34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, que considera a Orientação OCPC04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Em função dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Desta forma, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Base para abstenção de conclusão

1. Conforme descrito nas Notas Explicativas 1.b e 1.c, em 22 de fevereiro de 2017, a Companhia e determinadas controladas ajuizaram no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o pedido de recuperação judicial. Em 27 de março de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o pedido de recuperação judicial da Companhia e de determinadas controladas. Em 6 de junho de 2017, a Administração apresentou nos autos do processo, o plano de recuperação judicial da Companhia e de determinadas controladas, o qual reflete os ajustes resultantes das recentes negociações entre a Companhia e os seus credores, e em 29 de setembro de 2017, apresentou novo plano que refletiu ajustes resultantes de tratativas entre a Companhia e seus credores. Por fim, em 25 de outubro de 2017, a Administração da Companhia, convocou os credores para Assembleia Geral de Credores, a ser realizada a primeira convocação no dia 22 de novembro de 2017 e caso necessário, a segunda convocação no dia 30 de novembro de 2017. O plano, encontra-se concluído e homologado nos autos do processo, porém, ainda pode sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a conclusão da Assembleia Geral de Credores. Considerando sua situação patrimonial e financeira, e que a Companhia e suas controladas dependem da aprovação dos credores e stakeholders sobre o plano de recuperação judicial, a continuidade operacional da Companhia ainda é incerta, e dependerá do desfecho e aprovação que pode ou não ocorrer do referido plano em Assembleia Geral de Credores e consequentemente da sua posterior concretização.

2. Cabe mencionar que, no trimestre findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízo do período, individual e consolidado, de R\$1.107.294 mil e R\$1.097.862 mil, respectivamente, além de apresentarem capital circulante líquido negativo, individual e consolidado, de R\$4.636.663 mil e R\$4.262.380 mil, respectivamente, e patrimônio líquido negativo, individual e consolidado, de R\$4.479.456 mil e R\$4.486.341 mil, respectivamente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e dúvida quanto a base para preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Em 30 de setembro de 2017, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. Devido ao fato da Companhia depender do êxito na aprovação e execução do plano de recuperação judicial, conforme mencionado acima, no parágrafo 1, e este ainda encontrar-se em fase de apresentação e discussão com os credores, não nos foi possível, concluir se as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação. A base de preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como registro de provisões adicionais, ou suficiência das provisões registradas, o lançamento futuro de novos empreendimentos, o pagamento de Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Obrigações por emissões de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito

Imobiliário, Outras obrigações, dentre outros passivos e provisões, dependem da conclusão e êxito do plano de recuperação judicial e são fatores essenciais para definir a continuidade operacional da Companhia.

4. Adicionalmente, o prejuízo, individual e consolidado, apurado nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017, está superavaliado em R\$194.395 mil e em R\$202.134 mil, respectivamente, tendo em vista que a Companhia reconheceu, intempestivamente, determinados ajustes no balanço patrimonial originados no exercício anterior durante esses períodos findos nessa data. O reconhecimento intempestivo desses ajustes regularizou as contas patrimoniais, incluindo o patrimônio líquido da Companhia em relação àquele anteriormente apresentado em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, a ressalva limita-se aos efeitos reconhecidos na demonstração do resultado dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017, que deveriam ter sido registrados no exercício anterior. Tais fatos demonstraram deficiência significativa no processo de encerramento das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

5. Conforme mencionado na Nota Explicativa 14.a, no contexto da adesão da Companhia e da controlada Vitellius Incorporadora Ltda. ao Programa de Regularização Tributária ("PRT") e de determinadas controladas ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), foram reconhecidos no resultado de três e nove meses findo nesta data, créditos tributários sobre prejuízos fiscais de R\$87.164 mil, na Controladora, do qual R\$64.879 mil foi transferido às suas controladas, e R\$232.142 mil, no Consolidado, sendo que os créditos foram utilizados para a compensação de passivos tributários que totalizavam R\$29.332 mil, na Controladora, e R\$339.914 mil, no Consolidado. O programa prevê cancelamento do benefício da compensação tributária, com a consequente cobrança integral da dívida tributária, em determinados casos e situações, sobre os quais incluem inadimplência, decreto de falência, dentre outros, além do fato que há a necessidade da homologação da adesão ao programa pelos órgãos federais competentes. Há incerteza significativa quanto ao cumprimento dos requerimentos exigidos para a manutenção do PRT e PERT, bem como do seu pagamento integral, considerando a situação financeira da Companhia e de suas controladas e também em decorrência das incertezas quanto à aprovação e cumprimento do plano de recuperação judicial, conforme mencionado nos parágrafos 1 a 3, acima.

6. Conforme mencionado na Nota Explicativa 7.a, a Companhia possui investimentos nas empresas: Esperança Incorporadora Ltda., Torre de Ferrara Incorporadora Ltda., Torre de Rhodes Incorporadora Ltda., Gundel Incorporadora Ltda., Orion Incorporadora Ltda. e More Alphaville Empreendimentos Imobiliários Ltda. (controladas), os quais estão avaliados nas informações contábeis intermediárias individuais pelo método de equivalência patrimonial e consolidadas nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia. Entretanto, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para a nossa conclusão referente aos saldos de R\$19.174 mil dos Investimentos, R\$4.286 mil (negativo) de Provisão para perda com investimentos e de zero referente ao resultado de equivalência patrimonial apresentados nas informações contábeis intermediárias individuais. Consequentemente, também não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para a nossa conclusão sobre os saldos dos ativos e passivos dessas controladas, que foram consolidados às informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia, que totalizaram R\$127.580 mil e R\$104.774 mil, respectivamente, bem como sobre o resultado zero, para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017.

Não foi possível nos satisfazer quanto à adequação dos valores representativos destes investimentos e resultado de equivalência patrimonial, bem como dos ativos, passivos e resultado consolidado, por meio de outros procedimentos de revisão. Diante disso, em razão da limitação de acesso aos valores contábeis dessas controladas, não nos foi possível determinar se algum ajuste seria necessário, nas contas de investimento, provisão para perdas com investimentos, nas informações contábeis intermediárias individuais, ou nos ativos, passivos e resultado, nas informações contábeis intermediárias consolidadas, relacionados a essas controladas.

7. As incertezas significativas e os assuntos comentados nos parágrafos 1) ao 6) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impactos importantes nas operações da Companhia. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidências, apropriadas e suficientes, que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), e as consolidadas, de acordo com o CPC21 (R1) e o IAS 34, que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo CPC e aprovada pela CVM e CFC, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, assim como pela apresentação de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 21 (R1)). As informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil (IAS 34, para as informações intermediárias), consideram, adicionalmente, a Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa 2 das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos também contratados para revisar as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre estas demonstrações em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Valores correspondentes

O exame dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016 e a revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria com abstenção de opinião em decorrência da incerteza significativa sobre o uso do pressuposto de continuidade para a elaboração das demonstrações financeiras e do estágio do plano de recuperação judicial, conforme descrito na seção “Base para abstenção de opinião” originalmente emitido, e relatório de revisão com abstenção de conclusão sobre o mesmo assunto descrito acima e apresentado na seção de “Base para abstenção de conclusão”, em 29 de março de 2017 e 14 de novembro de 2016, respectivamente.

São Paulo, 1º de novembro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, no uso das suas atribuições legais, em reunião realizada em 01 de novembro de 2017, analisou o Relatório da Administração e as Informações trimestrais referentes ao período findo em 30 de setembro de 2017, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração de resultados, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas. Com base nas revisões efetuadas e nos esclarecimentos prestados pela Administração, o Conselho Fiscal concluiu que o relatório da administração e as Informações trimestrais citadas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e condizentes com as normas legais aplicáveis.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955, 10º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Informações trimestrais da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2017.

São Paulo, 01 de novembro de 2017.

VLADIMIR KUNDERT RANEVSKY
Diretor Presidente
Diretor Vice-Presidente Financeiro e
Diretor de Relações com Investidores

NATALIA MARIA FERNANDES PIRES
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955, 10º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 ("Companhia"), nos termos do inciso v, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes, referentes às Informações trimestrais da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2017.

São Paulo, 01 de novembro de 2017.

VLADIMIR KUNDERT RANEVSKY
Diretor Presidente
Diretor Vice-Presidente Financeiro
Diretor de Relação com investidores